



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS DE BACABAL – CCEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (PPGLB)

EDSON SOUSA DA SILVA

**AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU E SUAS METAMORFOSES
DISCURSIVAS**

BACABAL-MA

2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

SILVA, EDSON SOUSA DA.

AS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU E SUAS METAMORFOSES
DISCURSIVAS / EDSON SOUSA DA SILVA. - 2021.

90 p.

Orientador(a): MARIANA Aparecida de Oliveira Ribeiro.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Letras - Bacabal, Universidade Federal do Maranhão,
BACABAL-MA, 2021.

1. Discurso. 2. Identidade. 3. Ideologia. 4. Imagem
Discursiva. 5. Quebradeiras de Coco Babaçu. I. Aparecida
de Oliveira Ribeiro, MARIANA. II. Título.

EDSON SOUSA DA SILVA

**AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU E SUAS METAMORFOSES
DISCURSIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Bacabal da Universidade Federal do Maranhão, UFMA- Centro de Ciências, Educação e Linguagens - CCEL, Bacabal, como requisito obrigatório para o título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Texto e Discurso

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Aparecida de Oliveira Ribeiro

BACABAL/MA

2021

EDSON SOUSA DA SILVA

**AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU E SUAS METAMORFOSES
DISCURSIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Bacabal da Universidade Federal do Maranhão, UFMA- Centro de Ciências, Educação e Linguagens - CCEL, Bacabal, como obrigatório para o título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Aparecida de Oliveira Ribeiro

APROVADO EM: 26/08/2021

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mariana Aparecida de Oliveira Ribeiro
Orientadora

Avaliador 1 – Prof. Dra. Glória da Ressureição Abreu Franca
UFMA

Avaliador 2 – Prof. Dr. Thomas Massao Fairchild
UFPA

DEDICATÓRIA

À vó Adelaide Gomes de Sousa, in memória.

A todos que perderam a vida pelo Covid-19

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a minha família por ser meu alicerce: Adão, Alódia, Talita, Marcia, Tamires, Rafael, Davi e Dalila;

Aurélia e Katuena pela acolhida de sempre;

A Luciano, pelo afeto e calma nos momentos de turbulência;

A minha orientadora Mariana Aparecida por todo o aprendizado e a oportunidade ofertadas ao longo do Mestrado;

Aos meus colegas de turma, aos momentos de risos que nos ajudaram a seguir em frente.

A todos os professores do curso de Pós-graduação em Letras de Bacabal - MA, na pessoa de José Antônio da Silva por acreditar nos alunos;

As contribuições da banca de qualificação, professora Glória da Ressureição Abreu Franca e Thomas Massao Fairchild;

As oportunidades profissionais e parcerias concedidas por Alcilene Araújo, Robson Sousa e Ronaldo Sousa;

Aos aconselhamentos dos meus amigos de todas as horas, em especial: Dara, Zara, Anderson, Fernanda, Evandro, Gárdina, Ravena, Silvana.

A todos os tios, primos, avós e amigos que sempre torceram por mim, em especial a Sandra, Mardonete, Lucas e Ana Clara.

Uma manhã, ao despertar de sonhos inquietantes, Gregor Samsa deu por si na cama transformado num gigantesco inseto.

(Franz Kafka)

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a constituição da identidade das quebradeiras de coco babaçu e suas metamorfoses a partir do discurso presente nas Atas de Fundação e Estatutos Sociais da Associação do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) com sede em São Luís – MA e com atuação nos estados do Pará, Piauí, Tocantins e Maranhão, da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais Quebradeiras de Coco Babaçu do Município de São Luís Gonzaga (AMTQC) e da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR). O processo de organização das quebradeiras de coco babaçu, desde os anos 80, é um recorte para esta dissertação, o corpus utilizado traz a história de sua organização, considerando: os temas debatidos pelos sujeitos ao passar dos anos, os discursos presentes, sua forma de organização e a relação com os aparelhos do Estado. É através do discurso que, as quebradeiras de coco babaçu, mulheres que tem a sobrevivência baseada no extrativismo vegetal, com a coleta e comercialização de produtos oriundos da vegetação denominada Floresta de Babaçu, tem base para o processo de luta e afirmação de sua identidade. As quebradeiras de coco babaçu estão organizadas em grupos de mães, associações, movimentos e cooperativas. São aproximadamente 300 mil mulheres que sobrevivem e tem suas vidas rodeadas pelo extrativismo do fruto do babaçu. Como metodologia para esta pesquisa, utilizou-se o levantamento e análise dos livros de Atas e Estatutos Sociais das referidas associações, que compõem o corpus da pesquisa. Como teorias que auxiliaram na análise do corpus, utilizamos a discussão sobre ideologia (Althusser, 1970); o debate sobre formações discursivas (Foucault, 2012); Hall (1998), Giddens (2002) e Bauman (2005), para a discussão da identidade das quebradeiras de coco babaçu; Maingueneau (2018), sobre a imagem discursiva das quebradeiras de coco; e Charaudeau (2009), sobre identidade discursiva. As conclusões deste trabalho evidenciam que os discursos das quebradeiras de coco babaçu se voltam para a continuação do trabalho pelos jovens, reforçando a ideia da identidade dos sujeitos com o passar dos anos. Não se pode afirmar que existe uma identidade das quebradeiras de coco babaçu construída, pronta e acabada, mas é evidente que há uma aproximação com o conceito de uma imagem discursiva representada ou autoidentificada pelos sujeitos no processo de formação discursiva. Porém, o conceito de identidade “trabalhadoras rurais quebradeiras de coco babaçu” está em expansão e diferenciam-se os sujeitos de acordo com seus territórios, como existem as quebradeiras de coco indígenas, quilombolas e até ribeirinhas, considerando as especificidades dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Quebradeiras de Coco Babaçu. Identidade. Ideologia. Discurso. Imagem Discursiva.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the construction of the identity of the babassu coconut breakers and their metamorphoses from the discourse present in the Foundation Acts and Social Statutes of the Association of the Interstate Movement of Babassu Coconut Breakers (MIQCB) based in São Luís – MA and operating in the states of Pará, Piauí, Tocantins and Maranhão, of the Association of Rural Women Workers of Babassu Coconut Breakers of the Municipality of São Luís Gonzaga (AMTQC) and the Association of Rural Women Workers (AMTR). The process of organizing the babassu coconut breakers, since the 1980s, defines as a framework for this dissertation, the corpus used brings the history of their organization, considering: the themes debated by the subjects over the years, the present discourses, their form of organization and the relationship with the State apparatus. The discourse of the babassu coconut breakers who are women whose survival is based on plant extraction, with the collection and sale of products from the vegetation called Babassu Forest, which provides the basis for the process of struggle and affirmation of their identity. They are organized into groups of mothers, associations, movements, and cooperatives. There are approximately 300,000 women who survive and have their lives surrounded by the extraction of the babassu fruit. As a methodology, we used the survey and analysis of the books of founding Minutes and Social Statutes of the referred associations, which make up the research corpus. As theories that helped in the analysis of the corpus, we have about the Althusser ideology (1970) in the debate about the notions of discursive formations by Michel Foucault (2012), about the points in which the discourses build the identity of the babassu coconut breakers, concepts of Hall (1998), Giddens (2002) and Bauman (2005), on the discursive image of coconut breakers Maingueneau (2018) and Charaudeau (2009) on discursive identity. The conclusions of this work show that the babassu coconut breakers' discourses focus on the continuation of work by young people and the difficulties that continue with the culture of subjects for the new generations. It cannot be affirmed that there is an identity of the babassu coconut breakers built, ready and finished, but it is evident that there is an approximation with the concept of ethos to understand the represented or self-identified discursive image. Although, the concept of identity “rural workers babassu coconut breakers” is expanding and differentiates individuals according to their territories, as there are indigenous coconut breakers, maroons, and even riverside dwellers.

KEY-WORDS: Babassu Coconut Breakers. Identity. Ideology. Speech. Discursive Image.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

Imagem 01 - Cabeçalho da Ata de Fundação da AMTR	49
Imagem 02 - Cabeçalho da Ata de Fundação da AMTQC	50
Imagem 03 - Cabeçalho da Ata de Fundação da AMIQC	50
Tabela 01 - Falas das quebradeiras de coco nas Atas.....	78

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE)

Associação do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB)

Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais Quebradeiras de Coco Babaçu do Município de São Luís Gonzaga (AMTQC)

Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econmico e Social (BNDES)

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

Partido Comunista no Brasil (PCB)

Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR).

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Uno Democrática Rural (UDR)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 AS RELAÇÕES DISCURSIVAS E AS LUTAS DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NO MÉDIO MEARIM	16
1.1 A formação dos novos movimentos sociais	16
1.1.1 Os movimentos sociais no Maranhão	18
1.2 As categorias utilizadas na pesquisa: conceitos chaves	20
1.2.1 A categoria do discurso jurídico	28
1.3 Identidade discursiva e bandeiras de lutas	31
1.4 A categoria da imagem discursiva	33
1.5 Ata e Estatutos: análise do gênero	34
2 O PERCURSO TRILHADO	39
2.1 De onde saí e aonde cheguei	39
2.2 As bases que fundamentam o caminhar	41
2.3 O que me trouxe até aqui	43
2.4 Aonde quero chegar	44
3 O DISCURSO DAS E SOBRE AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU	48
3.1 Atas de fundação e a constituição de uma identidade	49
3.2 Estatutos Sociais e Regimentos Internos: ideologias em jogo	62
3.3 O discurso das quebradeiras de coco babaçu e as novas gerações	76
3.3.1 O desafio no envolvimento de novas quebradeiras de coco babaçu no movimento	77
CONCLUSÕES	82
REFERÊNCIAS	85

INTRODUÇÃO

É através do discurso que, as quebradeiras de coco babaçu¹, mulheres que tem a sobrevivência baseada no extrativismo vegetal, com a coleta e comercialização de produtos oriundos da vegetação denominada Floresta de Babaçu, afirmam sua identidade. As quebradeiras de coco babaçu estão organizadas em grupos de mães, associações, movimentos e cooperativas. São aproximadamente 300 mil mulheres que sobrevivem e tem suas vidas rodeadas pelo extrativismo do fruto do babaçu, bem recorrente nos estados do Pará, Piauí, Tocantins e Maranhão.

Tendo a zona rural como suas residências e de trabalho, as quebradeiras de coco babaçu fazem da zona rural um espaço de resistência, que envolve centenas de famílias, crianças, jovens, homens e até idosos com ligação direta ou indireta com suas lutas. É nesse contexto que me incluo, sou “filho de quebradeira” e como fruto do trabalho delas, posso, neste trabalho, tomar a posição de pesquisador.

A considerada “região dos babaçuais” abrange cerca de 18 milhões de hectares em quatro estados e estima-se que são entre 300 e 400 mil pessoas que administram a economia do babaçu. Este extrativismo chega até 20% da vegetação brasileira com aproveitamento de 70% de produtos e subprodutos. A dificuldade das quebradeiras de babaçu está no acesso à terra e as florestas para coleta do babaçu (ARAÚJO, 2013). A população que vive do extrativismo vegetal são famílias que formam assentamentos, trabalhadores rurais que utilizam de forma artesanal a extração da floresta por inteiro e ainda praticam a preservação do meio ambiente.

Há alguns trabalhos nas áreas das Ciências Sociais e Humanas que tematizam sobre as quebradeiras, como os estudos de Almeida (1995, 2008) que categoriza a forma de organização das quebradeiras de coco babaçu como *unidades de mobilização*; Araújo (2013) que trata de como acontece a relação de organização das quebradeiras de coco babaçu com os programas de assistência social do governo federal e o acesso a políticas públicas; Figueiredo (2005) que mostra a dupla realidade no ato de quebrar o coco babaçu e cuidar da casa; Shiraishi Neto (2013) que trata das leis de acesso aos babaçuais no Maranhão; e Loher (2009)

¹ Categoria de análise relaciona esses grupos de agentes sociais como *subalternos* (SPIVAK, 1985) em suas relações de conflito por terra com os grandes proprietários desde os anos de 1980 na Região do Médio Mearim – Maranhão.

que fala dos conflitos agrários na região do Médio Mearim. Por Médio Mearim, na classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), nomeia-se a microrregião que fica localizada na parte central do Estado do Maranhão e é composta por 16 municípios, a saber: Santo Antônio dos Lopez, Joselândia, Capinzal do Norte, Lima Campos, Pedreiras, Trizidela do Vale, Bernardo do Mearim, Igarapé Grande, Lagos dos Rodrigues, Lago do Junco, Lago da Pedra, Poção de Pedras, Esperantinópolis, São Roberto, São Raimundo Doca Bezerra e São Luís Gonzaga do Maranhão. Essa região tem como características a vegetação formada pelas palmeiras de coco babaçu e a forma de organização e sobrevivência com base no extrativismo.

Outro ponto relevante é que ainda que todo o processo de organização das quebradeiras de coco babaçu, com início nos anos 80, com a luta pela terra, tenha sido estudado por pesquisadores em várias áreas, como mencionado anteriormente, esta pesquisa faz-se inédita pelo fato de que ainda não há estudos no estado do Maranhão que referencie a constituição de uma identidade discursiva com base na realidade e organização dos sujeitos.

Assim, todo o legado de conquistas das quebradeiras de coco babaçu precisa ser dado um olhar do ponto de vista das formações discursivas e sua representatividade heterogênea. Com isso, a pretensão é que esta seja a contribuição do pesquisador a este grupo, do qual faz parte pela filiação, na tentativa de perceber - além de todas as conquistas e contribuições delas a história da região - quais elementos foram e são importantes linguisticamente para a continuidade dos trabalhos realizado pelas quebradeiras de coco babaçu no estado do Maranhão, dando um olhar da Análise do Discurso as suas metamorfoses discursivas.

Assim, pensando o discurso das quebradeiras de coco babaçu como heterogêneo e que tem uma ligação com as questões exteriores, espaços de lutas e de constituição identitária, esta pesquisa oferece elementos para uma discussão teórica e metodológica sobre as formações discursivas dos sujeitos, tendo com pensamento as teorias da Análise do Discurso Francesa.

A pergunta de pesquisa de que partimos é: **como a identidade (individual ou coletiva) das quebradeiras de coco babaçu é constituída discursivamente nos Estatutos Sociais e Atas de Fundação das Associações?** Nesta constituição identitária, buscaremos entender como as quebradeiras de coco de babaçu são representadas e como elas se autodesignam, como são nomeadas e como as nomeiam, do ponto de vista da prática discursiva e das formações discursivas das quebradeiras de coco babaçu no Estado do Maranhão é o que torna este trabalho inovador e inédito.

O objetivo geral deste trabalho é analisar como a identidade coletiva das quebradeiras

de coco babaçu é constituída discursivamente em Atas de Fundação e Estatutos Sociais.

Esta dissertação tem como objetivos específicos:

1. Analisar como as quebradeiras de coco representam (a si mesmas) em seus próprios discursos, através dos relatos dos Estatutos Sociais e Atas de Assembleia Geral de Associações e Movimentos Sociais na região do Médio Mearim;
2. Entender quais elementos ideológicos compõem os discursos jurídicos sobre as quebradeiras de coco babaçu presente nos Estatutos Sociais e Regimentos Internos da Associações e Movimentos;
3. Perceber quais elementos no discurso sobre/das quebradeiras de coco babaçu influenciam no processo de constituição da identidade.

Pensando uma abordagem teórica-metodológica para este objeto de estudo, as noções de formações discursivas de Michel Foucault (2012), priorizando o viés dos estudos desenvolvidos por Charaudeau (2007) no que diz respeito a representação discursiva, através de marcas de subjetividade, tendo como corpus materiais jurídicos e institucionais.

Este trabalho se filia a Análise do Discurso Francesa, porém para a constituição significativa da representação das quebradeiras de coco babaçu que define uma identidade e seus objetos de lutas sociais, utiliza-se conceitos interdisciplinares das Ciências Sociais. Assim, analisa até que ponto os discursos constroem a identidade das quebradeiras de coco babaçu no estado do Maranhão, para este debate serão acionados conceitos de Hall (1998), Giddens (2002) e Baunam (2005).

A pesquisa se deu em três momentos específicos. Inicialmente foi necessário um levantamento prévio para mapear associações que representam as quebradeiras de coco babaçu. Buscou-se os Estatutos Sociais e Atas de Fundação da Associação do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB) com sede em São Luís – MA e com atuação nos estados do Pará, Piauí, Tocantins e Maranhão, da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais Quebradeiras de Coco Babaçu do Município de São Luís Gonzaga (AMTQC) e da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR), desta última serão analisados as Atas de Assembleia Geral, sendo 03 Atas e 03 Estatutos.

A coleta deste material se deu através da participação em reuniões da direção, visita a comunidades e acompanhamento de assembleia geral ordinária. Para entender as etapas de organização do movimento foi feito, ainda nesta etapa, um levantamento e leitura da bibliografia necessária para constituição desta dissertação.

A segunda fase da pesquisa foi destinada às análises dos materiais coletados tentando organizar todo o levantamento. O material analisado foi organizado por temática abordada

pelas quebradeiras de coco babaçu e relacionado com as teorias da Análise do Discurso. Por fim, os dados coletados foram relacionados as teorias da Análise do Discurso e executada a escrita da dissertação, cabendo sempre que necessário a revisão das bibliografias. Todo este processo foi acompanhado pela orientadora.

A dissertação está dividida em três capítulos, além da introdução ampliada. O primeiro capítulo traz uma contextualização teórica relacionada as formas de organização e lutas das quebradeiras de coco babaçu. Debaterá as relações discursivas e as lutas das quebradeiras de coco babaçu no Médio Mearim, a formação dos novos movimentos sociais no Brasil, e no Maranhão, as categorias utilizadas na pesquisa: conceitos chaves, a identidade discursiva e bandeiras de lutas das quebradeiras de coco e a imagem discursiva das quebradeiras de coco babaçu. A proposta do capítulo é debater teoricamente a constituição do sujeito pelo viés ideológico, a relação com os Aparelhos Ideológicos do Estado e o assujeitamento tendo como ponto de partida documentos jurídicos das associações de quebradeiras de coco babaçu, além da formação identitária. Trata ainda, das categorias e conceituações sobre os discursos e identidades dos sujeitos.

O segundo capítulo traz a metodologia utilizada na pesquisa para obtenção dos dados, desde a escolha do objeto, do corpus para análises e constituição teórica, demonstrando o posicionamento do sujeito-pesquisador ao longo da pesquisa. O quarto capítulo trará as análises do material coletado, as Atas de Fundação e Estatutos Sociais das associações de quebradeiras de coco babaçu, relacionando as questões da constituição da identidade, ideologia e imagem discursiva. Traz ainda um debate sobre o discurso das quebradeiras de coco babaçu sobre identidade e a relação com as novas gerações. Ao final, as conclusões que a relação teoria e análises nos dizem sobre as quebradeiras de coco babaçu.

1 AS RELAÇÕES DISCURSIVAS E AS LUTAS DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU NO MÉDIO MEARIM

Este capítulo pretende trazer uma contextualização sobre o trabalho das quebradeiras de coco babaçu pelo viés da sua história social e constituição. Todo o processo de organização das quebradeiras de coco babaçu teve início desde os anos de 1980, com a luta pela terra, e tem sido estudado por pesquisadores em várias áreas e de diversos pontos de vista ambiental, político, social e até cultural. São temas mais debatidos nesses trabalhos: as discussões sobre identidade de Bauman (2005), derrubada das palmeiras de coco babaçu em Almeida (2005), uso de agrotóxico em Carvalho Martins (2012) e relações de gênero em Barbosa (2014).

Assim, pretende-se contextualizar as situações de lutas das quebradeiras de coco babaçu, seu processo histórico de organização no movimento social e as contribuições da formação da identidade do movimento e dessas mulheres. O capítulo está dividido em: 1) o processo de formação dos novos movimentos sociais; 2) uma análise das categorias que são elencadas no trabalho; 3) um debate sobre a constituição da identidade dos sujeitos e suas bandeiras de luta e a imagens discursivas já construídas.

1.1 A formação dos novos movimentos sociais

A discussão feita por Marx sobre as lutas de classes auxilia na interpretação da criação dos movimentos sociais. Os conflitos entre proletariado e burguesia acabou gerando organização das classes sociais e do movimento operário na considerada sociedade moderna. Porém nem todos os autores concordam ou defendem os debates da luta de classe, mas há que se reconhecer sua relevância para compreensão sociológica.

As temáticas relacionadas aos conflitos sociais estiveram relacionadas ao processo de produção de riqueza pela classe operária, os interesses acerca da produção de bens e apropriação. Assim, a sociedade percebe o processo de organização dos operários o leva para outros espaços, como religiosos, políticos e até étnicos.

Nesse contexto, o processo de organização da sociedade evolui. As variadas temáticas que a sociedade passa a tratar são o que se chama “novos movimentos sociais”, defendido por Hobsbawm (1995):

Além disso, desde a década de 1970 vários seguidores (sobretudo jovens e/ou classe média) abandonavam os principais partidos da esquerda por movimentos de

mobilização mais especializados — notadamente os de defesa do “meio ambiente”, feministas e outros chamados “novos movimentos sociais” —, assim enfraquecendo-os. No início da década de 1990, governos trabalhistas e social-democratas tornaram-se tão incomuns quanto tinham sido na década de 1950, pois mesmo administrações nominalmente encabeçadas por socialistas abandonavam suas políticas tradicionais, querendo ou não. (HOBSBAWM, 1995, P. 322)

Vê-se que há um esvaziamento das questões apenas políticas e o debate vai para mobilizações mais específicas de cada movimento como os feministas, movimentos ambientais, se afastando dos debates trabalhistas. As lutas de classes ganham outros fins como o ideológico, o econômico e o político e as forças travadas nesses embates auxiliam na compreensão histórica e do dinamismo da sociedade moderna.

O processo de constituição dos movimentos sociais e as lutas de classes europeia incide no processo de criação dos novos movimentos sociais no Brasil, enquanto o país vivia um regime político do Estado Novo (1944-1945), com a criação do Ministério do Trabalho na Era Vargas, com a finalidade de acompanhar e controlar os movimentos sindicais. Mesmo assim, a ascensão do movimento sindical foi favorecida com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Após um período de ascensão, mesmo sob certo controle, há uma interrupção por conta do Golpe Militar de 1964:

Mas o crescimento do movimento sindical é interrompido com o golpe militar em 1964, quando o movimento dos trabalhadores volta a ser perseguido e a existir sob total controle do Estado. Após isso, o sindicalismo volta a ganhar forças somente no fim dos anos 1970, quando retomam as greves em diversas fábricas no estado de São Paulo. A motivação das greves foi o movimento pela reposição dos 31%: o governo até então vinha mascarando os índices de inflação, o que gerou grandes perdas salariais. A manobra foi denunciada pelo Banco Mundial em 1977, o que despertou a revolta nos trabalhadores. (SOUZA, 2017, p.3)

O forte controle de repressão contra o movimento sindical, durante a Ditadura Militar, abre espaço novamente para que os partidos políticos se organizem e voltam a tornar o palco do sindicalismo para o viés político, como a criação do Partido Comunista no Brasil (PCB), que auxiliava os sindicalistas a fugir dos sistemas de controle repressivo do governo.

Paralelamente, em relação à movimentação da ditadura militar brasileira, no Maranhão, foi proposto um projeto do então governador José Sarney (1966-1970) que visava a melhoria da agricultura e agropecuária no Estado que ficou conhecida como Lei Sarney de Terras. Na prática, a lei reforçou a grande concentração de terras, a grilagem e a violência no campo. Em seu Artigo 14º da Lei 2.979 de 17 de junho de 1969 afirma que: “não serão alienadas nem concedidas terras a quem for proprietário no Estado, cuja área ou áreas de sua

posse ou domínio não sejam devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária, extrativa ou industrial” (MARANHÃO, 1969, p. 01).

O que a legislação proporcionou foi a separação entre quem detém as terras e quem precisa trabalhar nelas e fez surgir a categoria dos “empresários rurais” com a criação das Delegacias de Terras, algo parecido com as Capitânicas Hereditárias, pois definiu uma divisão, ao “incorporar as terras livres do Maranhão ao modelo de propriedade da sociedade capitalista tornou-se uma tarefa urgente e prioritária a ser executada pelo governo, a partir da década de 1960” (ASSELIN, 1982, p. 23).

Essa divisão de terras aos empresários rurais faz com que grandes áreas ficassem sob o resguardo de alguns detentores para o uso principalmente da pecuária extensiva. Considera-se a criação dos latifundiários, fazendeiros e grileiros a partir dessa distribuição de terras, tendo em vista a amplitude do território maranhense e a perspectiva de desenvolvimento regional do estado. Tal ação vai de encontro com a lógica de distribuição de terras para toda a população, que de forma tímida inicia sua organização.

1.1.1 Os movimentos sociais no Maranhão

É nesse contexto que o movimento sindical no Maranhão se fortalece, mesmo que de forma tardia, num período de repressão do governo contra as formas de organização dos trabalhadores. Durante a repressão dos sindicatos, começam a surgir movimentos de representação estadual e até nacional com o apoio da igreja católica. Essas organizações não-governamentais ampliam os debates para as questões de direitos humanos em função das mortes e torturas do período.

Assim, os movimentos sociais se voltam para as questões do campo na década de 1980, o que demonstra novamente o fortalecimento dos sindicatos, agora ligados aos trabalhadores rurais e do campo. Começam emergir organizações sindicais por municípios, por categoria de trabalho etc., cada vez mais com temáticas específicas. Em contrapartida, os empresários rurais se organizam na União Democrática Rural (UDR), apoiados pelos políticos ligados aos grandes proprietários rurais.

A pauta a ser debatida vão desde as relações com a terra, a diversificação da produção e até o êxodo rural, bastante comum nos anos de 1980. Este último, possivelmente, um efeito da concentração de terras pelos empresários rurais. Os movimentos sindicais impulsionados

pelo debate das questões do campo dão margem a criação de outras instituições relacionadas ao gênero, tendo em vista que a maior parte dos integrantes dos sindicatos eram homens.

Surge assim, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, como se observa no enunciado:

Por volta do ano de 1980 (mil novecentos e oitenta), a luta das Quebradeiras de Coco começa a ter expressão em diferentes regiões. No decorrer dos conflitos, essas mulheres assumiram um enfrentamento específico de sua categoria. A luta pelo babaçu livre. Na prática da utilização dos recursos naturais, as Quebradeiras encontravam como oponente o elemento concentrador de terras, que as privava do uso livre dos babaçuais; cercando as palmeiras, cobrando rendas exorbitantes pela autorização do uso do babaçu em áreas privadas e finalmente, derrubando inúmeras palmeiras para evitar que as quebradeiras executassem a função social da terra e dos recursos naturais. (AMIQCB, 2001, p.01)

Pelo relato no documento mencionado anteriormente, as quebradeiras de coco babaçu tiveram a necessidade de se organizar para debater as temáticas específicas da categoria. Isto devido as lutas defendidas pelos sindicatos que se distanciaram da relação com quem utiliza a terra. Para ter acesso ao babaçu, as quebradeiras de coco entravam em conflito com “elemento concentrador de terras”, os proprietários das terras, pois os palmerais estavam localizados em propriedades privadas e não era permitido a entrada dessas mulheres. Além disso, o cercamento com estacas e arames, o pagamento de taxas pelo acesso ao babaçual e até a derrubada dos palmerais eram estratégias utilizadas por quem detinham a posse da terra para evitar o acesso das quebradeiras de coco babaçu ao babaçu

A mobilização em torno do livre acesso aos babaçuais fez com as quebradeiras de coco se organizassem em associação, como a Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu criado em 1991, com a categorização de “organizações das trabalhadoras rurais extrativistas do babaçu”, como se observa abaixo:

Em 1991 (mil novecentos e noventa e um), a partir de resultados de diversas mobilizações e organizações das trabalhadoras rurais extrativistas do babaçu, as Senhoras Raimunda Gomes da Silva, Francisca Rodrigues dos Santos, Maria Aláides Lopes de Sousa, Maria das Graças Coelho, Antonia do Socorro Oliveira Costa, Rosenilde Gregório dos Santos, Maria Senhora Carvalho da Silva, Cândida de Lourdes, resolveram fundar um movimento denominado Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, que através desta ata passa a se denominar de Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – AMIQCB. (AMIQCB, 2001, p.01)

A organização das quebradeiras de coco babaçu se enquadra no conceito dos novos movimentos sociais tratados por Hobsbawm (1995) e passa a ser tratado como associação. Isso implica dizer que enquanto movimento a forma organizativa se dá, inicialmente, em uma

espécie de informalidade e que essas mulheres desenvolviam seus trabalhos antes de 1991 na região. Porém, não fica claro de que forma esse trabalho acontecia antes, mas sabemos que uma constante é a luta pela terra e o acesso aos babaçuais, pautas que as unificam desde o início dos anos 80.

Assim, de forma breve, a formação do movimento das quebradeiras de coco babaçu na região do Médio Mearim tem suas raízes com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR). Contudo, por não haver nesses sindicatos um debate de assuntos de interesses específicos das quebradeiras, como o acesso aos babaçuais e o foco nas questões ambientais e da terra, essas mulheres acabam por fundar associações que as representassem, se distanciando do perfil sindical dos anos de 1960.

1.2 As categorias utilizadas na pesquisa: conceitos chaves

Entende-se por discurso o processo de constituição de conhecimento, através de categorias que se apresentam numa certa regularidade na sociedade, pois que “o discurso é uma representação culturalmente construída pela realidade, não uma cópia exata” (FOUCAULT, 2012, p. 34). Nessa lógica de produção e reprodução discursiva estão presentes elementos como ideologias e as relações de poder no processo de constituição dos sujeitos.

Seguindo esse pensamento é através do discurso que se percebe alguns ditos como verdadeiros e outros a margem da verdade, por isso a necessidade constante de constituição e reconstituição discursiva. Isso deve pelo fato de o discurso não ser individualizado, tendo como precedente a própria história dos sujeitos, seguindo as relações construídas por instituições e saberes na sociedade, pois “discurso é um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2012, p.132).

Assim como os sujeitos são construídos discursivamente, o discurso que se encontra historicamente imerso numa formação discursiva tem ligações com uma instituição social, seja religiosa, política ou ambiental. Ao mencionado “discurso”, a ideia que prende este trabalho é que o mundo discursivo não é somente explícito e expõe uma realidade que os sujeitos estão imersos e assim podem ser compreendida sua forma de organização. Pensando que o discurso é cíclico e considera-se o momento de produção ele se reorganiza, pois,

O discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que se manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo; é visto que isto a história não cessa de nos ensinar- o discurso não é simplesmente aquilo

que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mais aquilo, porque, pelo que se luta, poder do qual podemos nos apoderar. (FOUCAULT, 2014, p. 10)

Nessa relação de poder entre as forças que criam e recebem os discursos, a ideologia se concretiza e se faz através do discurso como instrumento de luta, que pode tanto unir quanto separar, a depender da perspectiva de quem o usa. O discurso faz-nos pensar até que ponto ele pode ser útil aos interesses de quem é dominante e na recepção de quem é dominado, pois há uma relação de poder existente na interação, tendo em vista que todos os sujeitos estão imersos em uma discursividade e são constituídos por discursos.

As ações das quebradeiras de coco babaçu ocorreram em municípios do interior dos Estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, onde havia intensa mobilização e organização consolidada de forma coletiva. Em outras palavras, o processo de organização em grupos serviu como um instrumento que veio formalizar, em muitas situações, as formas constituídas e consolidadas das “práticas discursivas” das quebradeiras, como coloca Bourdieu (2010) que

Dependerão das relações de força simbólicas entre os campos, dos triunfos que a pertença a esses campos confere aos diferentes participantes ou, por outras palavras, dependerão dos interesses específicos e dos triunfos diferenciais que, nessa situação particular de luta simbólica pelo veredito neutro, lhes são garantidos pela sua posição nos sistemas de relação invisíveis que se estabelecem entre os diferentes campos em que eles participam. (BOURDIEU, 2010, p. 56)

As relações das quebradeiras de coco babaçu com seus antagonistas (os donos das terras em que estão localizadas as florestas de babaçu) travam a *luta simbólica* e determinam as posições no campo de embates. Pelo viés discursivo, por isso simbólico, os sujeitos se organizam em grupos, associações e movimentos com interesses específicos, tanto de um lado quanto do outro. Como a quebra do coco babaçu é vista como uma atividade extrativista econômica no Maranhão e tem relação com a sobrevivência de várias famílias em todo o Estado, no contraponto estão os proprietários das terras onde são coletados o babaçu.

Ao se pensar no babaçu como uma questão econômica no Estado do Maranhão, orientada pelos discursos do desenvolvimento, que faz com que os agentes se desloquem em busca de conhecimento científico o que não reduz o tratamento da terra. Com os repertórios intrínsecos nos movimentos o que pretendo dizer é que os sujeitos acionam novas estratégias frente ao processo de dominação ao qual estão inseridos, desenhando suas formações discursivas.

Assim, este estudo leva em consideração as formações discursivas das quebradeiras de coco babaçu no Estado do Maranhão, tendo os Estatutos Sociais e Atas de Assembleias das

associações, textos que, emanam do processo comunicativo de uma determinada comunidade, sendo, pois, empíricos, concretos e de ocorrência real, visto que provêm da comunicação discursiva efetiva, mesmo sendo escritos em terceira pessoa. A heterogeneidade do discurso e as questões ideológicas de sua representação serão parte integrantes do debate para entender como elas constroem uma identidade discursiva.

Considerando que a constituição de um discurso pode aqui ser pensado como de uma formação discursiva e não como a constituição que remete a um complexo de fatores muito mais variados e com sua dose de heterogeneidade, entretanto, segundo Foucault (2012, p.47):

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva

Por esta explicação, pensa-se que a constituição dos discursos se dá pelos múltiplos domínios dos sujeitos e vai desde ao jurídico ao religioso. Mas sua definição não se dá pela mediação das palavras e nem das coisas, e sim pela junção de fatos discursivos em seus espaços de formação, na busca por uma regularidade da discursividade.

Assim, a representação das quebradeiras de coco babaçu ou mesmo dos seus discursos, através da mídia ou autorrepresentados compõem um campo heterogêneo e importante para a Análise do Discurso, pois “vale salientar que o ponto de vista expresso ou implícito supõe sempre uma ética ou uma simbólica cultural para interpretá-lo” (EMEDIATO, 2013, p. 70). São estes pontos de vistas ou essa simbologia dada aos discursos dos sujeitos tratados neste trabalho que dão a relevância a pesquisa. A percepção de como os sujeitos falam de si e como falam sobre eles abrem um campo de análise e de entendimento da identidade coletiva e cultural de seus discursos, e aqui através dos relatos das Atas e registros feitos pelas quebradeiras de coco babaçu.

A constituição de uma identidade “quebradeira de coco” é a reafirmação de um pertencimento a esta comunidade pode ser percebida discursivamente. Neste sentido, nesta dissertação visa-se entender se há regularidade na formação identitária dos sujeitos, tendo como corpus os Estatutos Sociais das associações e as Atas de registros das Assembleias gerais, e como esses arquivos contribuem ou não na constituição do seu imaginário discursivo.

O estudo de práticas discursivas em contextos variados, incluindo a análise de processos de constituição de identidades sociais como a organização das quebradeiras de coco

babaçu e *unidades de mobilização*², de uma identidade coletiva, autorrepresentação e ainda como elas são representadas nos documentos jurídicos, como as Atas de Fundação e Estatutos Sociais que compõem um acervo institucional e são importante ferramenta teórica-metodológica a serem analisados no âmbito da Análise do Discurso.

Percebe-se que, em grupos e movimentos sociais, quando se trata de (re)afirmação de identidade, acaba apreendendo nos discursos sempre uma memória coletiva (HALBWACHS, 1994; COURTINE, 1994; PÊCHEUX, 1999). Havendo pouquíssimas variações, apenas no modo de narrar as histórias dos povoados, mas sempre se articula de acordo com a posição ocupada pelo grupo. Em virtude disto é que se pode dizer que mais do que uma estratégia de discurso tem se o advento de categorias que se afirmam através de uma existência coletiva, politizando não apenas as nomeações da vida cotidiana, mas também práticas rotineiras no uso dos recursos naturais.

Para Foucault (1986), as formações discursivas, podem ser consideradas como “discurso”, pois “um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo” (1986, p.135). O discurso, enquanto associado ao saber adquirido pelos sujeitos, entra simultaneamente em diversos campos de relações de poder, e em cada lugar a posição que ocupa é diferente, dependendo do jogo de interesses em questão. Isto se aplica as lutas identitárias das quebradeiras de coco babaçu, pois, é o mesmo movimento das posições do sujeito discursivo em suas formações.

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos. (FOUCAULT, 1986, p.61-2)

Ao analisar a evolução dos novos movimentos sociais, crescente desde os anos 80 na região do Médio Mearim, lida-se com vários debates que são bem específicos das quebradeiras de coco babaçu. São necessárias algumas definições das categorias que serão tratadas nesta dissertação, pois como o próprio processo de constituição de uma identidade está em constante modificação, não poderia ser diferente com relação aos discursos.

² O pensamento de unidade de mobilização tratado neste trabalho culmina com o pensamento de Almeida (2008) que vem reelaborando desde os anos 80 este conceito e define que “o conceito de unidades de mobilização refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias – ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura que requerem deslocamentos compulsórios” (p. 32). Para entender a amplitude do tema consulte ainda Almeida, 2013 e Almeida 2011.

Para acionar o conceito de identidade a ser tratado nesse trabalho, utiliza-se a perspectiva de Bauman (2005, p. 13), que “deveria ser considerado um processo contínuo de redefinir-se e de inventar e reinventar a sua própria história. Inicialmente é necessário entender os três principais conceitos utilizados neste trabalho: identidade; discurso jurídico; ideologia. O debate sobre essas categorias leva em consideração a sociedade pós-moderna e o advento dos novos movimentos sociais, considerando que tal constituição possa ser tanto coletiva quanto individual. Ao se pensar identidade, por exemplo, há que se considerar o pertencimento defendido por Bauman (2005) que,

A ideia de ter uma identidade não vai ocorrer às pessoas enquanto o pertencimento continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada (BAUMAN, 2005, p. 17-18).

A identidade é pensada pelo viés da constituição considerando vários fatores, como a sociedade que o indivíduo nasce, a cultura absorvida e até a nação a qual ele pertence. Há um avanço no entendimento que a constituição da identidade se dá não somente de forma individualizada e liga-se com a constituição da sociedade pós-moderna.

Não se pode pensar a identidade apenas como um processo de identificação e sim quais fatores influenciam esse caminhar concepcional, como as questões políticas, históricas, econômicas e sociais. Assim, o pensamento sobre a constituição da identidade se sobrepõe apenas em determinar o lugar no mundo do sujeito, considerando os laços sociais existentes nesse processo.

Outro fator a se pensar, segundo Bauman, o conceito de identidade no contexto pós-guerra, sendo ela tratada como um “problema” pelo fato dessa relação não ser sólida, o que para Bauman (2005) é “líquido” e havendo apenas um caminho indeterminado a ser seguido. Assim o caminho a ser percorrido até a constituição de uma identidade pode ser desconhecido e por vezes em meio a conflitos e sem um resultado único e acabado.

O debate sobre a constituição da identidade é bem recente, segundo o autor, e relaciona-se com globalização e mudanças nas condições de locomoção da sociedade e na forma de estabelecer as relações de vizinhança. A globalização é o elemento sintetizador dessas novas relações com a sua identidade.

Porém, isto não implica em dizer que se tem uma identidade sólida e durável, pois a sociedade e a própria globalização não andam no mesmo ritmo. A identidade pode ser escolhida, construída, avaliada, confirmada e refutada, bem como os que são excluídos na

sociedade ou tem uma classificação identitária imposta, o que Bauman (2005) chama de “ausência de uma identidade”.

Deve-se tomar cuidado com a constituição de uma identidade do sujeito na sociedade globalizada, pois “as identidades flutuam no ar, algumas de nossa escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas” (BAUMAN, 2005, p. 19). O autor faz tal advertência para que os estudos relacionados a temática foquem no processo e não diretamente no objetivo, ou seja, considerar o processo de constituição identitário é o melhor caminho a seguir.

A esse pensamento de identidade associa-se como um exercício constantemente realizado, isso devido as crises de pertencimento da sociedade pós-moderna. Nessa mesma lógica, Stuart Hall (2006) traz o conceito de “identidades culturais” para essa relação com o pertencimento as questões étnicas, raciais, religiosas e de gênero, pois a atual sociedade está “fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais”. (p. 9). Isto implica em sair do âmbito da identidade individual para um plano coletivo, sem abandonar as características pessoais.

Na perspectiva de Stuart Hall (2006), a identidade é tratada como uma “crise” e avalia quais as possíveis consequências na relação com o sujeito do século XX. Segue a linha da identidade como um processo complexo dentro de um jogo e um sujeito sociológico “individualista” na relação com outras pessoas.

A este sujeito sociológico está sempre em busca de uma identidade que seja estática, nas relações opostas, principalmente entre as questões sociais versus culturais. Porém, o que se encontra na sociedade globalizada e pós-moderna vai de encontro a algo fixado, o que gera a “crise”, “deslocamento”, “mudança” ou “rompimento”. É a globalização que interfere diretamente na constituição de uma identidade cultural, considerando que esta não é dada automaticamente ao sujeito.

A mudança de um sujeito sociológico para um pós-moderno globalizado, fica evidente pois,

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as *identidades* se tornam desvinculadas - desalojadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem flutuar livremente (HALL, 2006, p. 43)

Assim, Hall (2006), considera que uma identidade que não é homogênea causa a “fragmentação” do sujeito e de sua cultura num contexto de modernidade, o que acarreta novas identidades assumindo papéis na sociedade. Assim, o deslocamento de uma identidade considerada fixa através do efeito plural de constituição identitária, possibilita o surgimento de identidades políticas, plurais e abertas as características individuais dos sujeitos.

Nas palavras de Giddens (2002, p.83):

O planejamento de vida pressupõe um modo específico de organizar o tempo porque a construção reflexiva da autoidentidade depende tanto da preparação para o futuro quanto da interpretação do passado, embora 'retrabalhar' os eventos passados seja sempre importante nesse processo.

Assim, as práticas discursivas em contextos variados, incluindo a análise de processos de constituição de identidades sociais como a organização das quebradeiras de coco babaçu e ainda como elas são representadas, simboliza o modo específico de organização dos sujeitos em torno da autorrepresentação, que tem no discurso o suporte necessário para retrabalhar o processo de constituição de sua imagem discursiva. Nesse processo reflexivo e constante de constituição de identidade, o discurso, que incide desde a formação de conhecimento e dos sujeitos, podem ser percebidos por regularidades.

No âmbito dos debates sobre as identidades, das questões culturais e sociais, o jogo de convencimento fica evidente, como traz Stuart Hall, "as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado."(1998, p.7).

O fluxo de identidades e como isto impacta na sociedade pós-moderna é um ponto de análise entre os sujeitos e os discursos usados no jogo de poder, tendo em vista que não é estático ou fixo. Considerando isso,

Identidade significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular - e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar, no entanto a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e depois disso, realizar ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos. (BAUMAN, 2003, p.21)

Assim, o fluxo identitário, sejam identidades individuais ou coletivas, dialogam com um mundo cheio de tecnologias e de aparecimento de novas/outras identidades, até quem sabe, o desaparecimento de algumas. Isso só prova o potencial de (re) constituição dos

sujeitos e que cabe uma análise teórica e prática nesse jogo: identidade e discurso ou ainda como uma identidade é constituída pelos dizeres que compõe uma formação discursiva.

A constituição de uma identidade é a reafirmação de um pertencimento a esta comunidade que pode ser percebida discursivamente, o que Charaudeau (2009) chama de identidade discursiva:

Entretanto, como, do ponto de vista da significação, os dados biológicos adquirem as significações que os grupos sociais lhes atribuem, pode-se reduzir estes componentes a dois : o que chamaremos, por comodidade, de *identidade social* e o que chamaremos de *identidade discursiva* [...] a identidade discursiva, para se construir, necessita de uma base de identidade social. Postulamos, pois, que existe uma diferença entre estes dois tipos de identidade, e que é pela sua combinação que se constrói o poder de influência do sujeito falante. (CHARAUDEAU, 2009, p.1)

Neste sentido, é necessário entender a constituição de uma identidade discursiva, tendo em vista a prática discursiva e como isso contribui ou não na constituição do seu imaginário discursivo. Ao travar embates para a afirmação de sua identidade, os sujeitos usam principalmente da identidade discursiva para o enfrentamento nas lutas pelo seu reconhecimento. É nesse ponto que a constituição de uma identidade se relaciona com as formações discursivas ao ponto que se percebe uma regularidade em suas práticas cotidianas.

Vale salientar que dentro do debate das diferentes possibilidades de regularidade do discurso, Foucault (2012) traz algumas hipóteses: não é a regularidade do objeto, pois é diferente a depender do sujeito e do tempo e suas práticas; a maneira como os enunciados se apresentam não é regular, pois variam em sua forma, tipo e encadeamento; não há unidade discursiva ou dos conceitos construídos dentro de um mesmo discurso, dado no momento que acontece; e por última, as estratégias não formam regularidades no discurso, tendo em vista que é na prática discursiva que elas acontecem.

Porém, é na dispersão (FOUCAULT, 2012) que as regularidades acontecem, já as formações discursivas não. Há uma regularidade que permite identificar uma formação discursiva da outra, pois acontecem no local de luta, na prática discursiva, no nível do discurso.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2012, p. 47)

Assim a procura por uma regularidade nos objetos, nos modos e estratégias ou conceitos não se faz interessante, segundo o autor. Entretanto, é necessário a compreensão de que esses elementos encontram uma unidade num sistema de dispersão. É no âmbito formação discursiva que se definem as regularidades e suas oposições e as regras que definem o discurso. A manifestação de enunciados se constitui na relação das formações discursivas e a relação com os vários sujeitos que a compõem, sendo este formado por diferentes indivíduos.

O sistema de dispersão, proposto por Foucault (2012) traz em si uma formação discursiva. A regularidade tem como produto a unidade discursiva, pois é no discurso se faz a dispersão. Os sentidos produzidos na prática do sujeito constroem as formações discursivas e não podem ser tratadas como uma regularidade, pois limitam o conceito ao não se considerar seus espaços de constituição. As formações discursivas são a entrada para as regularidades.

Ao se pensar nas formações discursivas dos sujeitos, em sua constituição identitária pode acabar apreendendo nos discursos sempre uma memória coletiva, ou seja, relaciona-se diretamente com sua organização em movimentos sociais. Havendo poucas variações, apenas no modo de narrar suas histórias, mas está sempre se articula de acordo com a posição ocupada pelo grupo. Em virtude disto é que os sujeitos utilizam mais do que uma estratégia de discurso, bem como o advento de categorias que se afirmam através de uma existência coletiva, politizando não apenas as nomeações da vida cotidiana, mas também práticas rotineiras no uso dos recursos naturais.

Segundo Foucault (1986), cada formação discursiva, considerando o tipo de saber adquirido pelo sujeito, entra simultaneamente em diversos campos de relações de poder, e em cada lugar, a posição que ocupa é diferente, dependendo do jogo de interesses em questão. As regularidades podem se aplicar as lutas identitárias das quebradeiras de coco babaçu, pois, é o mesmo movimento das relações de poder e o lugar ocupado pelas sujeitas formações discursivas.

1.2.1 A categoria do discurso jurídico

Outra categoria importante para este trabalho é a possibilidade de constituição de uma identidade jurídica e discursiva das quebradeiras de coco babaçu a partir das associações que as representam. A intenção é tecer um conceito que possa enquadrar a cultura de criar associações com base em documentos jurídicos que determinam a forma de organização das quebradeiras de coco babaçu em torno de sua identidade.

A proposta para constituição da categoria de discurso jurídico considera uma sociedade plural e em constante transformação. Então é necessário discutir os direitos fundamentais que se afasta dos debates meramente jurídicos no vão da “crise do direito”, saindo da visão da interpretação do discurso e passando a compreensão do que seria a juridicização discursiva, como esclarece Bourdieu,

O campo jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito (...) é com esta condição que se podem dar as razões quer da autonomia relativa do direito, quer do efeito propriamente simbólico de desconhecimento, que resulta da ilusão da sua autonomia absoluta em relação às pressões externas. (BOURDIEU, 1989, p.212)

Ou seja, os efeitos relativos ao direito têm suas relações externas validadas, assim como no discurso. Ao se pensar as especificidades para criação dos novos movimentos sociais na sociedade pós-moderna, exigem o estabelecimento de um Estatuto como dispositivo desse discurso jurídico. O instrumento do Estatuto disciplina situações ditas “ideais” sem considerar a diversidade de movimentos, tirando sua ineficácia de certa forma, necessitando de reformas constantes. Assim, na resolução dos conflitos o discurso jurídico prevalece diante dos pontos de solução propostos pelos Estatutos.

A criação de associações, como as das quebradeiras de coco babaçu passam pelo discurso jurídico, pois é necessário respeitar elementos da legislação em vigor, respeitando as imposições pelos órgãos estatais. As associações se limitam e se condicionam a um conjunto de artigos, parágrafos e incisos utilizados como zelo as questões constitucionais.

A análise das situações dos remanescentes das comunidades dos quilombos e das quebradeiras de coco babaçu é exemplar nesse sentido. Constatou-se que a negação do Direito pelo Direito ocorre, sobretudo, pelo fato de vir fracionado em diversos sistemas jurídicos que se colocam de forma autônoma, acabando por desconhecer o instituído, isto é, o que reconhece não é o que retira os direitos. Sob esse aspecto, pode-se refletir da necessidade ou não de se editar novos dispositivos legais que instituem verdadeiros Estatutos Jurídicos (SHIRAIISHI NETO, 2013, p. 163).

É nesse espaço que se forma o discurso jurídico como instrumento para seguir a legislação e organiza as instâncias sociais necessárias, sendo o Estatuto o encarregado de ser a “verdade jurídica”, pois para a compreensão da legitimação do processo são necessários perceber as relações estabelecidas pela sociedade. A simples oposição ao instrumento pode se transformar em conflitos entre os sujeitos.

Esses conflitos se operacionalizam a partir do discurso jurídico, com seus operadores que legitimam as práticas do jurídico. É no âmbito conflituoso que se produz e negocia a

prática discursiva através do discurso jurídico. Claro que, é importante ser observado quem fala e o local institucional dessa fala e que constituem esse discurso e quais enunciados possam ser elencados.

É no campo ideológico que se assegura a produção, reprodução e divulgação do discurso jurídico, sendo que este, por vezes, se isenta dos conflitos. Ele tem poder de construir e desconstruir a representação das pessoas e até dos grupos. Nas disputas jurídicas há que se conhecer a significação do capital simbólico dos sujeitos para servir como auxílio na constituição da identidade a partir do discurso jurídico.

É fato que há influências ideológicas nos documentos jurídicos e que estão mais no campo do Direito, porém é necessário dar um olhar mais discursivo, considerando a subjetividade dos sujeitos. Não é uma análise no campo do Direito, mas interligar as narrativas sociais ao processo de constituição da identidade discursiva, e as relações sociológicas, ideológicas, culturais e até psicológicas. Assim, o discurso jurídico torna-se um produto social em constituição.

Para compreender melhor quais as interferências ideológicas sobre a identidade das quebraadeiras de coco babaçu, há que se pensar, no âmbito de suas relações sociais, como o Estado age, partindo de dois conceitos: *interpelação e Aparelhos Ideológicos do Estado* (AIE) de acordo com o que propõe Althusser que afirma que:

Aqui está uma, proposição que implica que distingamos, por agora, os indivíduos concretos por um lado, e os sujeitos concretos por outro, embora a este nível o sujeito só possa existir assente num indivíduo concreto. Sugerimos então que a ideologia «age» ou «funciona» de tal forma que «recruta» sujeitos entre os indivíduos (recruta-os a todos), ou «transforma» os indivíduos em sujeitos (transforma-os a todos) por esta operação muito precisa a que chamamos a interpelação. (ALTHUSSER, P. 99, 1970)

Assim o processo de interpelação pelo viés dos documentos jurídicos das quebraadeiras de coco babaçu é um instrumento pelo qual, diante dos olhos do Estado, elas são representadas como membro de uma organização coletiva - para este trabalho unidades de mobilização.

Não dá para dizer que há indivíduos e não sujeitos, pois as trabalhadoras já estão “recrutadas” pela ideologia. Não há, concretamente, um momento anterior à interpelação ideológica. A questão da personalidade jurídica parece mais uma questão de aproximação entre duas ordens, o Estado ‘oficial’, republicano, visível, e o universo das formas de organização social (incluindo modos de produção) “marginais”, que sempre existiram e não deixam de sustentar o Estado também.

Seria uma grande tarefa discutir como funcionam essas relações, mas pode-se pensar, em termos de descontinuidades (FOUCAULT, 2013). A criação das associações não resulta de uma “evolução” do movimento social, mas do aparecimento de uma nova ordem que transforma as possibilidades de falar, se ver, compreender o trabalho, estabelecer relações com agentes antes fora de alcance.

Outro elemento presente neste embate discursivo são os Aparelhos Ideológicos que para Louis Althusser (1970, p. 43) “designamos por Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”. Assim, a partir do momento que as associações ou movimentos de quebradeiras de coco babaçu passam a ser regidas por um Estatuto Social elas passam de unidades de mobilização para compor também os Aparelhos Ideológicos do Estado pela interpelação.

Aqui, pensa-se ideologia e interpelação como coisas paralelas, pois fala-se de sujeito e esses são interpelados pela ideologia. Não é porque passam a ter uma existência jurídica que eles passam a ser interpelados. É nesse espaço vazio que se produz o sujeito e passa a existir pela interpelação. Tendo a ideologia como norte, por meio dos aparelhos estatais e documentos jurídicos, os sujeitos são interpelados. A transformação em sujeito do discurso depende das condições em que são produzidos em sua prática discursiva, que o assujeita antes de identificar-se com sua formação discursiva.

1.3 Identidade discursiva e bandeiras de lutas

O trabalho das quebradeiras de coco babaçu são atribuídas várias nomeações, categorias e até classificações, a depender do interlocutor do discurso, porém não se chegou a esta representação de uma hora para outra. Essa evolução tem ligação com a criação dos novos movimentos sociais e com o desagrado por parte dos sindicatos rurais pelo distanciamento das questões de gênero e meio ambiente e até o próprio entendimento de constituição de uma identidade.

Para este trabalho, utilizaremos o conceito de identidade discursiva, tal como propõe Charaudeau (2009, p.08)

Assim, a identidade discursiva se constrói com base nos modos de tomada da palavra, na organização enunciativa do discurso e na manipulação dos imaginários socio-discursivos. Ao contrário da identidade social, a identidade discursiva é

sempre algo “a construir- em construção”. Resulta de escolhas do sujeito, mas leva em conta, evidentemente, os fatores constituintes da identidade social.

É nesse processo de construir que a nomeação das quebradeiras de coco babaçu se dá e torna-se foco de debate neste trabalho. Há que se considerar os sujeitos interlocutores que as classifica ou nomeia. No momento inicial de constituição dos movimentos sociais na região do Médio Mearim voltou-se para o debate das questões rurais e luta pela terra, por isso inicialmente os sujeitos foram nomeados de mulheres trabalhadoras rurais (como veremos mais detidamente no capítulo de análise de dados).

As mulheres trabalhadoras rurais presentes nos movimentos sindicais passam a lutar pelo acesso às terras onde estavam presentes os babaçuais, extrativismo vegetal que elas usavam para extrair a amêndoa e utilizar como moeda de troca por produtos para sobrevivências das famílias. Os babaçuais estavam nas mãos do “elemento concentrador de terras”, também conhecidos como grandes proprietários de terra, latifundiários e fazendeiros e passam a ser considerados opositores e antagonistas ao trabalho das quebradeiras de coco babaçu.

Essas mulheres trabalhadoras rurais passaram a acrescentar o nome de “mulheres extrativistas” impulsionadas pela criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), pela Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000, para assim garantir acesso aos recursos dos babaçuais dentro das terras dos fazendeiros. Depois, passam a ser nomeadas como mulheres agroextrativistas do babaçu (ALMEIDA, 1995), conceito idealizado para contrapor a classificação advinda do Estado e as áreas com presença do extrativismo passam a ser consideradas “florestas de babaçu”, se enquadrando na pré-amazônia Maranhense.³

O principal problema envolvendo os embates entre os sujeitos é o acesso à terra, como traz Almeida (2000)

A região denominada “dos babaçuais” abrange uma área de 18 milhões de hectares, envolvendo os estados do Pará, Maranhão, Piauí e Tocantins. Há uma estimativa de que, aproximadamente, 400 mil pessoas vivem da economia do babaçu, que representa 20% do extrativismo vegetal no Brasil, com a possibilidade de exploração de cerca de 70 produtos da palmeira. O principal problema dos que vivem dessa atividade é o acesso à terra e ao recurso (ALMEIDA, 2000, *et al*).

Os babaçuais são espaços de conflitos constantes entre quebradeiras de coco babaçu e seus antagonistas no que se refere a ter acesso as florestas para coleta do extrativismo. Nesses

³ Para mais informações consultar ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização. São Luís: MIQCB, 1995.

embates, os proprietários das terras usam cercas de arames e estacas, cadeados, derrubada e até uso de agrotóxicos para evitar a entrada nas áreas.

Quando se trata da derrubada das palmeiras de coco babaçu, volta-se para os motivos de lutas das quebradeiras, que “baseia-se na preservação das palmeiras de babaçu e, em algumas áreas, as mulheres atuam como fiscais, denunciando as derrubadas e queimadas” (CARVALHO MARTINS, 2012, p. 135).

Sobre o uso de agrotóxicos nos babaçuais e seus efeitos é debatido em Almeida (2005, p. 27) que conceitua de “processo predatório” e ocasionam o “processo de devastação” nas florestas de babaçu. O debate sobre as questões de gênero está ligado a quebra do coco babaçu, pois o “extrativismo é uma prática realizada, sobretudo, por elas, sendo associada ao feminino, o que não implica que homens mantenham tão somente relações materiais com as palmeiras”. (BARBOSA, 2014, p. 199).

Os que sobrevivem da extração do babaçu e dele fazem sua forma de sobrevivência são classificados, em algumas vezes, como “coletores”, “catadeiras” e “quebradeiras”. Anteriormente era tratadas como mulheres trabalhadoras rurais, pois além da coleta do babaçu, lidavam com os trabalhos da agricultura e pecuária de pequenos animais.

1.4 A categoria de imagem discursiva

Retomando o debate foucaultiano de discurso, ao afirmar que o “é uma representação culturalmente construída pela realidade, não uma cópia exata” (FOUCAULT, 2012, P. 34), demonstra que o discurso se faz presente nas relações estabelecidas na sociedade e de forma não individualizada, tendo como base elementos culturais, sociais, políticos e outros que dão base aos saberes já estabelecidos.

Ou seja, os discursos são praticados no decorrer do tempo, através de um conjunto de enunciados, tendo como base uma formação discursiva e é nessa dispersão que se formam as regularidades. A essas regras ou orientações trazidas nos enunciados devem ser consideradas a sua realidade, o momento dado na prática discursiva. Assim, pode-se perceber que há conhecimento construído pelo discurso, bem como a definição de um sujeito através da sua formação discursiva.

As formações discursivas, do pensamento inicial pecheutiano, são pensadas a partir das relações estabelecidas no discurso e as posições sociais definidas pelos sujeitos. Na sequência, o autor traz que as relações e posições limitam a produção dos enunciados pelas

formações ideológicas e que as formações discursivas são parte integrante na condição de produção do discurso. (PÊCHEUX, 1995)

O que está em jogo nas formações discursivas são as representações produzidas pelos sujeitos, para si mesmo e para os outros no discurso. O sujeito posiciona a ele, constitui o outro, dando a direção e o modelo como se vê. Nesse jogo de constituição de imagens, de si e o lugar ocupado e a relação com a sua formação, Grigoletto (2005, p 4) afirma que “as condições de produção de um discurso envolvem não só as formas imaginárias, mas todo processo sócio-histórico e ideológico no qual um discurso é produzido, a partir de determinados lugares sociais”.

Assim, pode-se considerar que o sujeito, em seu processo de constituição de uma identidade, leva em consideração as formações discursivas, que desencadeiam em imagens construídas de si e dos outros, através de seus discursos. Assim, o sujeito é constituído no discurso, de forma heterogênea, concebendo a identidade discursiva e por vezes formada de outros discursos. Assim, tanto o discurso, quanto os sujeitos advêm de uma formação heterogênea.

A essa representação do sujeito levam a construir a imagem discursiva, de si e dos outros, e podem antecipar a posição ocupadas no discurso. O sujeito toma um posicionamento a depender do lugar, das relações e posições assumidas no discurso, o que pode, por sua vez, construir a sua imagem. Ao analisar imagens discursivas de um mesmo fato (ou vários fatos), nos dá possibilidade de compreender os entornos da cena enunciativa, uma vez que, a partir do referencial teórico assumido, os sujeitos locutores são dotados de intencionalidade, ou seja, o ato de evidenciar um fato social de um modo, em detrimento a todos os outros modos possíveis, aponta tanto o posicionamento do sujeito enunciatador quanto o aparato que o possibilita lugar de dizer.

1.5 Ata e Estatutos: análise do gênero

Considerando a Ata como material de análise desta pesquisa, é necessário que seja esclarecido algumas características deste texto. As atas são relatos de um evento, reunião ou assembleia e servem para registrar o que aconteceu de forma resumida e direta. Nesse sentido, é um gênero que tem como uma das suas características a polifonia.

Em toda parte, é o cruzamento, a consonância ou a dissonância de réplicas do diálogo aberto com as réplicas do diálogo interior dos heróis. Em toda parte um determinado conjunto de ideias, pensamentos e palavras passa por várias vozes imiscíveis, soando em cada uma de modo diferente (BAKHTIN, 1981, p. 235).

Essa possibilidade de reconstituição do diálogo em uma ata, tentando expressar as falas dos sujeitos envolvidos na reunião traz ideias e pensamentos a serem interpretados por um interlocutor, causando entendimentos distintos, muitas vezes. Funciona assim: a pessoa na reunião fala, um secretário interpreta e transcreve a fala em formato de texto para um livro; depois essa escrita é lida para todos que aprovam ou desaprovam, como se tivessem que verificar se o que foi dito estava do mesmo jeito no papel; a terceira instância é o entendimento de quem a lê, que pode gerar outras interpretações.

Assim,

Pode-se dizer que o gênero ata tem como uma de suas características mais interessantes a **polifonia**, uma vez que reúne **várias vozes discursivas**, por conter diversas falas transcritas e/ou adaptadas à modalidade escrita. Isso significa que, embora haja apenas uma pessoa escrevendo o texto, o efeito que se gera é o da existência de diversos autores, pois quem escreve deve contemplar a fala daqueles(as) que se manifestaram durante a reunião. (CASTRO, 2021, P.2)

A esse conjunto de vozes discursiva envolvidas na constituição da ata deve ser considerada para além de um mero registro de falas de uma reunião, pois as falas devem trazer os posicionamentos dos sujeitos que se manifestam, e ainda, se o escrito estará equivalente ao dito pelo sujeito. Outro ponto de clareza da Ata são os fins de cada reunião, as temáticas debatidas e a “pauta” a ser seguida.

A perspectiva da Ata é sintetizar de forma clara os fatos ocorridos numa reunião, pois se enquadra em um documento oficial e levam as assinaturas de todos os presentes que aprovam, reprovam ou fazem ressalvas, além da assinatura de uma pessoa designada para ser secretário.

Há um tipo de ata que se refere a atos rotineiros e cuja redação tem procedimento padronizado. Nesse caso, há um formulário a ser preenchido. A ata é redigida por um secretário efetivo. No caso de sua ausência, nomeia-se outro secretário designado para essa ocasião (MEDEIROS 2006, p. 210).

Há dois tipos de atas: as que trazem assuntos rotineiros e realizadas de acordo com a necessidade e temas a serem abordados, as chamadas extraordinárias. E as ordinárias que vão para registro em cartório e devem tratar de decisões como as de fundação e dissolução, eleição e mudanças estatutárias, e acontecem periodicamente em datas específicas.

Os chamados manuais de redação, que trazem a estrutura de escrita de uma Ata, levam em consideração apenas os aspectos estruturais desse gênero e os elementos linguísticos e

discursivos são deixados de lado. A ideia, neste trabalho, não é apenas classificar dentro de uma perspectiva dos gêneros, mas considerar todos os envolvidos no processo discursivo de constituição de uma ata.

As atas possuem elementos particulares na sua composição, linguagem e estrutura. Textualmente suas normas estabelecem as regras e normas a serem seguidas e definem o funcionamento e organização da sociedade civil, entidades, empresas, entre outros. Advindo do campo do direito, os Estatutos funcionam de acordo com as regras que normatizam o funcionamento de textos que circulam na esfera jurídica, assim, leva em consideração as questões doutrinárias e morais da sociedade, pois, “nessa ordem universal da doutrina, a nomenclatura das categorias do direito romano constitui por seu sistema de sanções ao mesmo tempo um modelo de organização social e um dispositivo moral de formação dos comportamentos”. (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 189).

Por ser um texto normativo, estabelece direitos e deveres, além de responsabilidades, objetivos, penalização no caso de infrações e remete ao que a legislação vigente determina. O conjunto de normas disciplinam as relações jurídicas entre o Estado e a sociedade civil, associações ou fundação, numa tentativa de regulação entre o que se tem em comum aos que pertencem aos mesmos ideais organizados em grupos.

Utiliza-se uma linguagem objetiva, clara e direta, com vocabulário técnico e de termos específicos do discurso jurídico. Sobre o linguajar específico do Estatuto, deixa evidente a criação de uma espécie de “contrato”, pois

a constituição da racionalização burguesa na origem do direito continental como erudito, letrado e doutrinal a partir do direito romano. Isso revela o caráter de um fechamento no funcionamento do texto jurídico como em um ‘contrato’ de regulamentação ou regulação coletiva. (GADET E PÊCHEUX, 2004, p. 189)

Por vezes, a erudição da linguagem torna sua compreensão difícil a quem lê um Estatuto e estabelece normas que podem implicar no cumprimento ou não das regras. É por tal função, que deveria ter um linguajar direcionado a quem ler, mas não faz parte do domínio da maioria das pessoas que compõem a sociedade, ao utilizar um vocabulário mais rebuscado, exige que o leitor tenha um bom domínio da linguagem do discurso jurídico.

Além da questão da linguagem, o Estatuto Social faz referência a legislação que está dando origem, os responsáveis por sua criação, os objetivos a serem alcançados, as divisões em capítulos, seções, artigos, incisos e parágrafos, para uma melhor compreensão e

localização das informações. Esta estrutura auxilia o leitor na busca pelas informações dentro do documento, mesmo com uma linguagem complexa.

Como todo discurso, o Estatuto é composto de ideologias, crenças e desejos de quem quer compor uma associação, sociedade ou fundação. Sua formalidade e suas imposições são componentes do texto jurídico como forma de regulação do sujeito em suas práticas discursivas, pois “a língua da ideologia jurídica permite conduzir a luta de classes sob a aparência da paz social” (PÊCHEUX, 1990, p. 11).

Muitas vezes, o discurso jurídico não é claro quanto aos processos históricos que constroem a sociedade. O Estatuto representa o modo político de se fazer presente ideologias de quem o constrói e até do Estado. Entende-se que o discurso jurídico pretende, por sua rigidez, atuar como uma forma de ordem social, e como modelo de consenso no domínio legal, podendo correr sob a ótica da tranquilidade aparente, rodeado de imposições e conflitos.

Pensar o discurso jurídico é tratar da generalização da lei em uma perspectiva da história do discurso em si, pois leva-se muito em conta os processos de reconstituição e até da paráfrase dos textos. Considerando que os Estatutos seguem a legislação que é versada no Código Civil Brasileiro e que, de tempos em tempos, passa por reformulações, pode-se pensar que ele tem uma relação com o real e atual momento ao qual a sociedade passa.

Desse modo, relaciona-se com o significado do sujeito diante das numerosas classificações presentes na sociedade, como elementos históricos, culturais e até econômicos. Não dá para pensar num discurso jurídico, por mais que haja uma certa regularidade em suas formações, como algo homogêneo ou atemporal. Porém, o discurso jurídico é responsável pela formação de um sujeito histórico e funciona como discurso oficial.

Para Foucault, é no discurso jurídico

Onde se cruzam a instituição judiciária e o saber médico ou científico em geral, nesse ponto são formulados enunciados, que possuem o estatuto de discursos de verdade, que detêm efeitos judiciais consideráveis e que têm, no entanto, a curiosa propriedade de ser alheios a todas as regras, mesmo as mais elementares, de formação de um discurso científico; de ser alheios também às regras do direito e de ser, no sentido estrito, grotescos. (FOUCAULT, 2010, p. 11).

O autor aborda o debate sobre a relação da verdade com a justiça e o que deve ser pertinente entre o que está sendo enunciado verdadeiramente com as práticas discursivas do discurso jurídico. Outra questão são os padrões estabelecidos na avaliação do que é a verdade

que utiliza o discurso como instrumento, que legitimado pelos sujeitos, podem se tornar violentos e excludentes, pois acaba por se justificar como necessária na sociedade. Assim quando se classifica o discurso jurídico como verdadeiro, chega a ser irônico, quando se liga com as questões burocráticas e as estruturas de poder. A exemplo, os laudos, julgamentos e perícias fazem parte do cotidiano das instituições jurídicas e da sociedade em geral.

As regras do jogo no discurso jurídico deixam visíveis construções com elementos biológicos, antropológicos, psicanalistas e psicológicos e fazem ligação com a argumentação para provar algo e um certo controle subjetivo no intuito de indicar a verdade. Não se pode deixar de evidenciar que parte do discurso fora do campo jurídico é composto por elementos morais, costumes e crenças, aos quais acabam por influenciar e guiam a regulação da sociedade civil através dos Estatutos.

2. O PERCURSO TRILHADO

Este capítulo pretende apresentar o caminho percorrido ao longo desta pesquisa, perpassando pelo processo metodológico, delimitação do corpus e definição da teoria a ser seguida nas análises. Ao adentrar na vida acadêmica as percepções para tornar-se um pesquisador precisam ser lapidadas e essa constituição pode ser percebida a partir das reflexões aprendidas ao longo de um mestrado.

A experiência empírica, por vezes, ludibria o pesquisador com discursos que, ao invés de legitimar o discurso dos pesquisados, enfraquecem determinados estudos no meio acadêmico. Outro ponto em questão são os grandes números de pesquisas realizadas por pessoas de fora para dentro dos campos de pesquisas, que muitas vezes, não consideram o saber dos sujeitos. Um saber é aquilo que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico (FOUCAULT, 2012, p. 220).

Este capítulo, assim como esta pesquisa, não é uma tentativa de legitimar o discurso das quebradeiras de coco babaçu, mas sim, demonstrar como as diferentes formações discursivas construídas por elas fazem melhor entender suas lutas e a constituição de uma identidade. Por isso, este capítulo está distribuído em: a) a história, motivação e gênese desta pesquisa b) as bases que fundamentam este trabalho; c) o percurso acadêmico traçado; e d) como se deu o caminhar desta pesquisa

2.1 De onde saí e aonde cheguei

Os debates sobre as quebradeiras de coco babaçu no Estado do Maranhão dão conta desde o início da organização de movimentos sociais e a luta pela terra em várias regiões, como os conflitos agrários no Médio Mearim nos anos de 1980. Nascido e residente na comunidade tradicional de Ludovico-Lago do Junco - MA e filho de *quebradeira*⁴, envolto neste processo de luta desde pequeno, vi vários pesquisadores entrarem e saírem da região com trabalhos importantes, sem imaginar que um de nós, um dia, pudesse estar em tal posição.

Em algumas pesquisas como Almeida (2005), Araújo (2013), Silva (2015), Mapa (2018) - algumas que acompanhei, que participei como entrevistado e que já estudei – os

⁴ Nome muito utilizado na comunidade para referir-se a quebradeira de coco babaçu.

pesquisadores estavam interessados em colher das quebradeiras de coco babaçu informações sobre o modo de vida, organização e continuação da cultura, sobre meio ambiente. Talvez, tais estudos queriam até dar voz à luta das quebradeiras, mas sempre com o posicionamento de quem vem, comumente, de uma capital e que ingressa por algum tempo no meio de vida da comunidade.

A ideia inicial era, por esse contexto, pesquisar como a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Médio Mearim é construída, tanto individual quanto coletivamente, através de suas metamorfoses discursivas e formas organizativas. Para isto, o caminho escolhido foi olhar mais detalhadamente como elas se apresentam, representam ou autoidentificam e que elementos contribuem para o debate ideológico da identidade dos sujeitos.

O que estou propondo, ao assumir a posição de pesquisador, não é ser (ou me tornar) melhor que os que por aqui já passaram e muito menos deixar de lado todo um arcabouço acadêmico já construído até agora, meu propósito é trazer as experiências vivenciadas por mim – como sujeito – num processo de reflexão e avaliação que possibilite compreender melhor a natureza e as características das metamorfoses discursivas das quebradeiras de coco babaçu. Tais reflexões precisam ser consideradas pelo ponto de vista e expectativa de quem conduz parte do processo e tem a possibilidade de tratar de forma acadêmica tais dados, seja por ter acesso, seja pela forma de olhar os sujeitos.

Assim, não há necessidade de comparações ou avaliações que indiquem como se forma todo o processo de luta das quebradeiras de coco babaçu em seu contexto de vida. Não se trata de transpor ou na importação das mesmas circunstâncias vivenciadas pelos sujeitos, mas há que se interpretar suas informações, experiências e cultura em consonância as suas realidades, considerando ainda todo um processo organizacional com base em relações políticas, ambientais, econômicas, culturais, sociais e até interpessoais.

A metodologia utilizada nesta pesquisa será de cunho qualitativo e utiliza como corpus os livros de registro de Atas e os Estatutos Sociais, publicados e solicitação de acesso feito através de ofício da Associação do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB), da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais Quebradeiras de Coco Babaçu do Município de São Luís Gonzaga (AMTQC) e da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR). Com o corpus em mãos, as análises ganham um método mais interpretativo qualitativo ao ponto de que consideram elementos analíticos de ordem social e cultural das quebradeiras.

2.2 As bases que fundamentam o caminhar

Antes de entrar nas questões teóricas em si, deixo claro que nessa discussão tem que ser considerado o fato da proximidade do pesquisador com a temática e os sujeitos da pesquisa. Para tanto, a imersão em autores que auxiliam no discernimento das ações ao longo da pesquisa é uma tentativa de não prejudicar os resultados almejados. Nesse sentido, essa discussão é sobre a constituição da pesquisa e das dificuldades que estão atreladas a essa constituição pela proximidade que você tem dos sujeitos da sua pesquisa.

O que se observa é ainda a necessidade de estudos que tenham as experiências das quebradeiras de coco babaçu para entender como os sujeitos constroem discursivamente suas identidades, justamente o que chama a atenção para a importância desta pesquisa. Neste ponto é necessário por um certo distanciamento do pesquisador, ao longo da pesquisa, para não esbarrar no que Bachelard (1996) chama de “*obstáculos epistemológicos*”, pois se trata de um pesquisador que pertence ao campo a ser pesquisado – talvez este seja o primeiro obstáculo a ser superado. Devem ser deixados a par as relações com as quebradeiras, as experiências e as opiniões relativas ao que foi vivenciado, elemento este tratado como “abstração”.

Bourdieu (2012) aponta para dificuldades na prática de pesquisa científica quando há relações entre pesquisador e pesquisado. A relação próxima com os sujeitos a serem pesquisados aparece como um dos entraves e surgem desde a definição e constituição do objeto de pesquisa e o corpus a ser analisado, pois são elementos básicos e que definem a realização da prática científica. Assim o objeto torna-se “a primeira urgência, em todos estes casos, seria tomar para o objeto o trabalho social de constituição do objeto pré-construído: é aí que está o verdadeiro ponto de ruptura” (BOURDEIU, 2012, p. 28), ou seja, é neste ponto que deve haver um ponto de abstração com relação à pesquisa e caso não ocorra, dificulta sua delimitação.

Os objetos pré-construídos são associados ao conhecimento empírico adquirido ao longo da vivência com as quebradeiras de coco babaçu, sendo necessário racionalizar a pesquisa e chegar à abstração. É de plena consciência que existam elementos que interferem na constituição do objeto de pesquisa, o que aprimora a relação entre empiria versus ciência. Deixo claro que a imersão nas teorias apresentadas até aqui possam ser o caminho para lidar melhor com os entraves, para depois, auxiliar na definição do campo de pesquisa, na delimitação do corpus, nas análises e no resultado da pesquisa, sem comprometer a cientificidade dos dados.

Nas várias reflexões sobre as possíveis dificuldades a serem encontradas na pesquisa sobre as quebradeiras de coco babaçu, além do debate teórico é necessário identificar os obstáculos que devem ser colocados em abstração, já na definição do objeto de pesquisa. Tal questão torna-se crucial ao pesquisador que pertence ao campo a ser pesquisado, pois todas as definições da pesquisa, bem como a metodologia e delimitação do corpus devem subsidiar o conflito com a empiria.

Construir, definir e até delimitar o objeto a ser estudado passa por refletir como o conhecimento empírico adquirido ao longo da vida danificaria tal processo, o que é conhecido como “experiência comum como acontecimento” (BACHELARD, 1996, p. 14). Vários são os fatores que se somam e auxiliam na separação do que seria a empiria e o conhecimento científico, pois:

Em todo caso, a tarefa filosófica científica é muito nítida: psicanalisar o interesse, derrubar qualquer utilitarismo por mais disfarçado que seja, por mais elevado que se julgue, voltar o espírito do real para o artificial, do natural para o humano, da representação para a abstração (BACHELARD, 1996, p. 13).

Assim, ao tentar construir o objeto desta pesquisa, como tarefa filosófica científica, todo e qualquer elemento de empiria que possa prejudicar os possíveis resultados devem ser colocados em abstração, ou de nada valerá o percurso a ser feito. Toda pesquisa está aberta a interpretações e análises, mas o que se requer é evitar, ao máximo, opiniões que não condizem com o fazer científico.

Para Foucault (2000, p.130), ao afirmar que a “prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra”, ou seja, a tentativa de interpretar sujeitos entra num jogo que tem que sair da empiria e tornar-se uma teoria significante. Esse reposicionamento ou deslocamento da posição de sujeito para pesquisador vai além de abstrair, há que se distanciar do senso comum, como traz Bourdieu (2010, p.49)

Aquilo a que se chama a ruptura epistemológica, quer dizer, o pôr-em-suspenso as pré-construções vulgares e os princípios geralmente aplicados na realização dessas construções, implica uma ruptura com modos de pensamento, conceitos, métodos que têm a seu favor todas as aparências do *senso comum*, do bom senso vulgar e do senso científico (tudo o que a atitude positiva, dominante honra e reconhece).

Não é que se deva abdicar do senso comum, e isto para quem advém do campo a ser pesquisado torna-se um grande obstáculo, mas reconhecer que a sua existência e a ruptura deva acontecer para o progresso da pesquisa. Há que se considerar que o fazer científico é

complexo e não se deve naturalizar determinadas realidades como certas e julgar outras como erradas, o poder da distinção entre isto está na abstração.

No decorrer da pesquisa há um vasto acervo em informações sobre as quebradeiras de coco babaçu, a dificuldade encontrada foi na seleção do que seria analisado, na delimitação do corpus que pudesse trazer uma contribuição científica para esta dissertação. Outro desafio que rodeou este trabalho é a própria caracterização de quem são as quebradeiras de coco babaçu, tendo em vista que essa designação se tornou naturalizada pela proximidade do pesquisador com o campo de pesquisa.

2.3 O que me trouxe até aqui

Em meu percurso acadêmico, desde o mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia, pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), cursado entre 2013 e 2015 e passando por algumas cadeiras no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o foco de estudo sempre foi voltado para a história e a vida das quebradeiras de coco babaçu no Estado do Maranhão.

Este percurso acadêmico não fora suficiente para responder aos problemas que a minha posição de pesquisador gerou recentemente. Considerando as reflexões que as quebradeiras de coco babaçu ainda poderiam proporcionar, agora não mais somente tendo como base o debate político e a abstração dos obstáculos enfrentados na definição do objeto, o Mestrado em Letras na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – Campus Bacabal, poderia suprir determinadas angústias e dar parte das respostas desejadas.

O que motivou o estudo sobre as quebradeiras de coco babaçu foi o que Bachelard afirma (1996, p.18), “para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído.” O que se busca na relação de ruptura com o empírico não necessariamente seja resposta as perguntas que a pesquisa irá gerar e sim a constituição de um ou vários conhecimentos sobre os sujeitos.

O projeto idealizado inicialmente e inscrito na seleção visava analisar como o discurso das quebradeiras de coco babaçu, em seus vários espaços de vivências, auxiliam na constituição de suas identidades enquanto sujeitos. Ao longo das disciplinas, reuniões de orientação e apresentação no seminário de projeto, este desenho inicial começa a se delimitar, observando justamente a abstração dos obstáculos epistemológicos na pesquisa.

Diante dessa nova perspectiva e tendo como base o levantamento bibliográfico feito sobre o conjunto de pesquisas já realizadas sobre as quebradeiras de coco babaçu, a pesquisa passou a se desenhar de forma mais clara e uma questão chama atenção. Podem ser questões que ajudarão a entender melhor o corpus: quais as contribuições do discurso jurídico na constituição da identidade das quebradeiras? O que os Estatutos Sociais e Atas das entidades de quebradeiras de coco babaçu demonstram sobre essa identidade? Como as quebradeiras veem sua identidade?

Com tais questões em mente, as análises da banca de qualificação e as intervenções de orientação indicavam que seria necessário iniciar as análises do corpus já definido e ver quais caminhos teóricos eles levariam. Foram necessárias várias leituras do material para entender o papel das Atas de Fundação e Estatutos Sociais, como documentos constitutivos, ao relatar o processo de constituição da identidade das quebradeiras de coco babaçu, e principalmente, o vai-e-vem de uma constituição que não é estática.

2.4 Aonde quero chegar

Ao longo de toda uma história, as quebradeiras de coco babaçu em Lago do Junco e região sempre foram destaques na mídia local, nacional e internacional, além de pesquisas acadêmicas e projetos executados por organizações não governamentais e até entidades públicas, como a Revista Globo Rural edição 2000⁵, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (2019), Almeida 1995 e a publicação Guerra Ecológica nos Babaçuais⁶. Algumas mudanças no modo de vida dos sujeitos, a relação com a produção e o meio ambiente e até a organização em cooperativas são perceptíveis e o que está em xeque no contexto de lutas é a questão da identidade e como as futuras gerações assumirão essa posição na vida.

A afirmação “eu sou quebradeira”, em sua forma discursiva, tendo como origem a voz dos sujeitos pode representar uma ligação com conquistas históricas, que tiveram início com a luta pela terra nos anos de 1980 e atravessam décadas de mobilização, sendo essa uma possível estratégia discursiva, como Bourdieu (2004, p. 81) explica que

⁵ Disponível em <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2019/01/13/veja-como-estao-as-quebradeiras-de-babacu-visitadas-pelo-globo-rural-ha-15-anos.ghtml> Acessado em 21 de julho de 2020.

⁶ Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/mapa-guerra-ecologica-dos-babacuais-conflitos-socioambientais-outubro-2005/> Acessado em 21 de julho de 2020.

A noção de estratégia é o instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe (recorrendo, por exemplo, à noção de inconsciente). Mas pode-se recusar a ver a estratégia como o produto de um programa inconsciente, sem fazer dela o produto de um cálculo consciente e racional. Ela é produto do senso prático como sentido do jogo.

Essa dinâmica é estendida não somente para as relações discursivas, bem como para a mobilização em grupos, associações e movimentos e que usam o discurso como elemento que incorpora interesse de lutas. É neste “jogo” que o objeto desta pesquisa se constitui: o discurso como mobilizador da identidade das quebradeiras de coco babaçu. Assim é importante tentar entender como esta constituição se define nas relações de saberes e discursos adotados pelos sujeitos e até como isso se justifica para quem fala sobre eles e como os próprios se veem.

A imagem criada das quebradeiras de coco babaçu sempre deixa de lado o papel importante do discurso que afirmam suas identidades e estão diretamente relacionadas há como elas aparecem nas mídias, como um Estatuto de uma associação as define, como elas próprias de definem e até a relação com os principais assuntos debatidos em suas reuniões.

Assim a intenção enquanto pesquisador foi investigar as “metamorfozes”⁷ que esse discurso ganha e quais fatores colaboram ou não na afirmação da identidade, de forma pretenciosa, seria tentar as possíveis “regularidades discursivas” na visão de Foucault (2012). Ou seja, buscar historicamente as configurações dos discursos apresentados das e pelas quebradeiras de coco babaçu, a fim de serem compreendidos pelo viés da Análise do Discurso.

Com a definição do objeto a ser estudado na pesquisa, passou-se a pensar qual o corpus poderia ajudar no debate sobre o discurso como mobilização da identidade das quebradeiras de coco babaçu. Como levantamento feito previamente e apresentado no projeto inicial de pesquisa, o material a ser analisado seria a matéria da reportagem da Revista Globo Rural, de título “Veja como estão as quebradeiras de babaçu visitadas pelo Globo Rural há 15 anos”⁸ publicada em janeiro de 2019, em vídeo e de forma impressa.

Com o decorrer das disciplinas e as leituras do corpo teórico fornecido pelo mestrado, além das reuniões de orientação, surgiu a necessidade de buscar em documentos que ainda

⁷ Este pensamento tem como base a obra de Franz Kafka (1997) de título “A Metamorfose” e conta a história Gregório Samsa e as dificuldades do seu cotidiano, necessitando reinventar-se diante das pressões sociais e fraquezas do ser humano. O autor associa metamorfose a transformar e mudar. Sob essa ótica a ideia é perceber as mudanças e transformações identitárias das quebradeiras de coco babaçu a partir do discurso. Tal visão se diferencia do conceito de metamorfose do discurso político desenvolvido por Courtine (2006 e 2011).

⁸ Disponível no link <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2019/01/13/veja-como-estao-as-quebradeiras-de-babacu-visitadas-pelo-globo-rural-ha-15-anos.ghtml>

não foram analisados o que a pesquisa exigia, como livros de Atas de fundação de associações, Estatutos Sociais das entidades e até entrevista com as quebradeiras de coco babaçu que compõem o movimento.

Serão analisados as atas e estatutos de três associações formada por quebradeiras de coco babaçu: Associação de Mulheres Trabalhadores Rurais (AMTR) com sede no município de Lago do Junco e de atividade intermunicipal; da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais Quebradeiras de Coco Babaçu do Município de São Luís Gonzaga (AMTQC), com sede em São Luís Gonzaga e de abrangência municipal; e da Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB) com sede em São Luís e abrangência nos estados do Pará, Tocantins, Piauí e Maranhão. Assim, tem-se um panorama de como os discursos contribuem na constituição da identidade dos sujeitos em nível local e regional e até interestadual.

Com a definição do objeto a ser estudado, o campo de estudo e o corpora a ser analisado, buscou-se os livros de Atas e dos Estatutos Sociais das associações. Com o material em mãos, fizemos análises e o enquadramento teórico pelo viés da Análise do Discurso para formação das possíveis conclusões.

Após a apresentação dos dados preliminares na qualificação, ficou evidente a necessidade de fazer um recorte e uma delimitação ainda maior no corpus levantado na pesquisa. Com um novo alinhamento teórico voltado para entender as regularidades presentes nas Atas e Estatutos Sociais, as análises passaram a debater se essas formações discursivas contribuíram para entender o processo de constituição da identidade das quebradeiras de coco babaçu.

Então, delimitou-se que seriam analisados apenas as Atas de Fundação e os Estatutos Sociais das três associações que já havia se buscado o corpus. Foi necessário ainda aprofundar o estudo teórico sobre a regularidade discursiva de Foucault (2012). Outro ponto que precisou de aprofundamento, foi entender os modelos de Atas e Estatutos e observar se o material selecionado poderia indicar a regularidade necessária para a pesquisa.

Teoricamente este trabalho se firma nas discussões de Foucault (2012, 2014) sobre as formações discursivas e as relações de ordem do discurso, em Pêcheux (2012) sobre as questões ideológicas, em Althusser (1970) sobre a relação das associações com o Estado, além de Bauman (2005) e Geertz (2013) ao se entender a formação identitária das quebradeiras de coco babaçu.

Por fim, a correlação entre discurso e a formação da identidade exigiu uma abstração da empiria e da minha relação com o campo de pesquisa de modo a dar conta de resultados ou

outras questões geradas com base nas análises feitas. E muitas vezes ainda foi necessário voltar para redefinir o caminhar da pesquisa ao longo do processo de constituição do conhecimento científico.

Após a análise de todo o material levantado na pesquisa, os enunciados selecionados seguiram a ordem de indicação das Atas, valorizando os que evidenciavam o que foge a regularidade do gênero. Vale salientar que tais enunciados trazem a constituição da identidade das quebradeiras de coco babaçu, suas formações discursivas e imagens construídas no corpus. Buscou-se ainda os enunciados que demonstravam a constituição e formação do movimento das quebradeiras de coco babaçu, através da metamorfose da identificação.

3 O DISCURSO DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU

A proposta deste capítulo é apresentar as regularidades discursivas presentes nas Atas de fundação e Estatutos Sociais da Associação de Mulheres Trabalhadores Rurais (AMTR); da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais Quebradeiras de Coco Babaçu do Município de São Luís Gonzaga (AMTQC) e da Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB).

Retomando o conceito de discurso para Foucault (2012, p.42), entende-se por regularidade “uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua similaridade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizantes”. É nesse contexto que as Atas de fundação apresentam estruturas que se encaixam na regularidade proposta e assim identificam formações discursivas.

Este capítulo analisará as Atas de fundação das associações mencionadas. Em seguida, observando elementos comuns em suas constituições entre as três associações pesquisadas, relacionaremos as regularidades com a constituição da identidade das quebradeiras de coco babaçu, a relação com suas bandeiras de lutas e as influências externas na organização dos sujeitos enquanto movimentos sociais. As Atas remetem a três datas de fundação diferentes: 1989, 2001 e 2007; nesses documentos temos um relato dos assuntos tratados e a forma de organização das quebradeiras.

O segundo ponto de análise neste capítulo é sobre os Estatutos Sociais das mesmas associações. Analisaremos as regularidades e relacionaremos com a constituição identitária das quebradeiras de coco babaçu, ligando-os ao discurso jurídico, as exigências legais desses textos e um debate sobre os elementos ideológicos presentes. Tentaremos constituir uma imagem discursiva dos sujeitos a partir das formações discursivas presentes nos Estatutos.

Na terceira e na última parte do capítulo apresentaremos um debate de como o discurso das quebradeiras de coco babaçu sobre a identidade influenciam as novas gerações. O capítulo está dividido em: a) atas e estatutos enquanto gênero textual b) análises das atas c) análises dos Estatutos d) o discurso da continuidade da identidade para as novas gerações de quebradeiras de coco babaçu.

3.2 Atas de fundação e a constituição de uma identidade

Para esta parte de análise da dissertação foram considerados apenas as Atas de Assembleia Geral de Fundação da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), da Associação de Mulheres trabalhadoras Rurais Quebradeiras de Coco Babaçu do Município de São Luís Gonzaga (AMTQC) e da Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB).

O primeiro ponto que chamamos atenção é o padrão dos títulos, como observa-se:

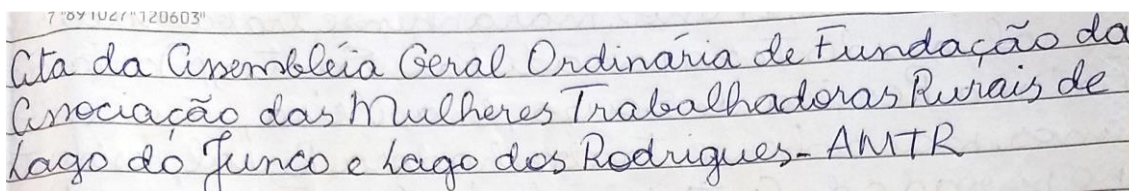


Imagem 01: Cabeçalho da Ata de Fundação da AMTR

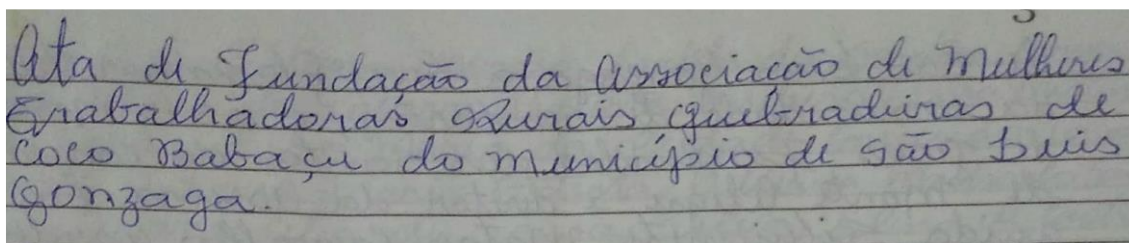


Imagem 02: Cabeçalho da Ata de Fundação da AMTQC

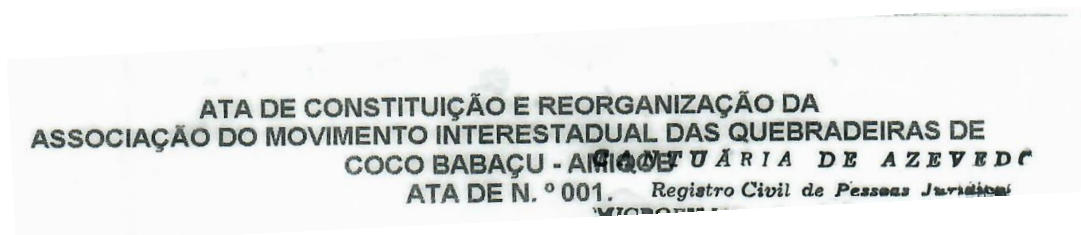


Imagem 03: Cabeçalho da Ata de Fundação da AMIQCB

As imagens trazem o cabeçalho das Atas das três associações que tem uma recorrência: são atas de fundação das associações. A recorrência se marca também pelo nome das associações, as três são associações de mulheres trabalhadoras rurais. Ao nomearem como ata de fundação, atendendo uma exigência do gênero textual produzido, há um gesto inaugural da associação que, em contrapartida, oculta o movimento existente anteriormente, as ações que haviam sido produzidas pelas mulheres referenciadas nesses textos.

A terceira ata, em seu título, é a única que parece fazer alusão ao que existiu antes da associação, uma vez que nomeia a ata como de constituição e reorganização da Associação. O

título desta ata, diferente das demais, especifica as mulheres a que se faz referência: são quebradeiras de coco babaçu.

O que se percebe é que o ato de fundação da associação é uma exigência jurídica prevista no Artigo 2031º da Lei nº 10. 406 de 11 de janeiro de 2002, conhecida como Código Civil, e exige que “As associações, sociedades e fundações, constituídas na forma das leis anteriores, bem como os empresários, deverão se adaptar às disposições deste Código até 11 de janeiro de 2007 (BRASIL, 2008, P. 400). Tais exigências legais fazem constar já nos títulos as adaptações como o termo “reorganização”.

Outro ponto de análise dos cabeçalhos é a nomeação/identidade das associações e dos sujeitos que a compõem. A imagem 01 mostra que a associação é uma associação de “mulheres trabalhadoras rurais”, no título da AMTQC, como vemos na imagem 02, as associadas são nomeadas como trabalhadoras rurais, assim como no cabeçalho da ata anterior, e a este referente é acrescentado os termos: “quebradeiras de coco babaçu”. Já na imagem 03, da ata da AMIQCB, a nomeação das associadas é “quebradeiras de coco babaçu”. Levando em consideração essa alteração no modo de nomear essas trabalhadoras pode-se pensar que há um processo de nomeação dessas mulheres que as identificam. Essa nomeação e identificação se dá no campo de um jogo que vai do mais geral ao mais específico. Porém, é importante destacar que não se trata de nomeações contraditórias ou excludentes, mas que se somam a uma identidade, essas são: mulheres, trabalhadoras rurais, quebradeiras de coco.

Pode-se aqui recuperar o conceito de identidade de Bauman (2005), que considera como um processo contínuo da história do sujeito, reinventando-se sempre que necessário, fato que os dados analisados sobre nomeação das quebradeiras de coco babaçu se mostra nas atas. Outro ponto que se relaciona com os dados, são as regularidades nessas formações discursivas, tendo em vista que o lugar de fala dos sujeitos. Porém, reconhece-se que os dados analisados são diferentes textos produzidos em diferentes lugares, mas que a análise que faz é mais para mostrar as regularidades, por isso a análise é realizada de maneira comparativa.

É perceptível ainda a referência ao local de atuação das associações, como delimitação de abrangência socioespacial. Na imagem 01, vemos que a associação mencionada no primeiro documento representa trabalhadoras de dois municípios, na imagem 02, a abrangência de atuação da associação é somente no município sede da associação e na reprodução da ata, escaneada na imagem 3, vemos como a associação atua além das fronteiras do estado do Maranhão, reunindo representantes de 04 estados.

O entendimento, a partir disso, é que a representação das quebradeiras de coco babaçu segue hierarquias em nível organizacional. Outra questão é que o trabalho dos movimentos

sociais que as representam, é feito de forma isolada, por região e área de atuação, sem correlação entre si e cada entidade com suas lutas específicas.

É interessante observar: a representação e a nomeação dos sujeitos são feitas de forma distinta de acordo com sua área de atuação? Analisando os dados que temos vemos que o campo de atuação, o fato de a terceira associação ter representação interestadual, pode justificar a especificação de quem são as associadas: quebradeiras de coco de babaçu. Nesse sentido, a especificação no título da associação pode ter a ver com sua abrangência, como é uma associação que reúne vários estados, deixar aberto o título do movimento poderia ampliar demais o público a ser associado. Em seu Estatuto Social essa especificação também é cobrada, uma vez que se solicita, para fazer parte da associação, a associada deve comprovar ser quebradeira de coco, por meio de preenchimento de um documento.

Contudo, a mudança de como se nomeia essas associadas parece ter a ver também com a distância temporal entre a fundação dessas associações, o que parece mostrar que essa alteração se deve a um movimento de constituição de uma identidade, a de quebradeiras de coco de babaçu. A mudança de categoria identitária só ocorre a posteriori: em 2001 cria-se o movimento das quebradeiras de coco babaçu, a nível estadual; e em 2007 cria-se a associação das mulheres trabalhadoras rurais quebradeiras de coco babaçu. Esse ciclo demonstra que nomear-se ou ser quebradeiras de coco babaçu ainda é uma identidade em constante constituição.

Outro ponto de análise sobre as Atas, são os elementos que fazem parte das informações essenciais de realização das assembleias e que é composto pela data, por extenso e o local de realização. O enunciado 04 e 06 seguem um modelo mais canônico de Ata, uma vez que informam a data de realização da assembleia e o nome dos presentes, já o enunciado 05, apresenta os lugares de onde vieram as integrantes. Observe:

Enunciado 04:

Aos quatoze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e nove no povoado de Morada Nova, município de Lago do Junco, estado do Maranhão, reuniram-se as pessoas a seguir indicadas, com o propósito de constituírem uma associação de mulheres Trabalhadoras Rurais, sob forma de sociedade civil sem fins lucrativos. (AMTR, 1989, p.1)

Enunciado 05:

Aos desessete e dezoito dias do mês de novembro de dois mil e sete, reuniram-se cento e vinte e sete pessoas das comunidades de Santana, Olho D'água dos Grilos, Monte Alegre, Pedrinhas, Centro dos Cocos, Altamira dos Borbas, Santarém, Piçarra, Boa Esperança, Água

Branca, Vila Nova e Três Setubal com o objetivo de discutir e deliberar sobre a criação de uma associação de mulheres no município de São Luís Gonzaga. (AMTQC, 2007, p.)

Enunciado 06:

Ata de Assembleia Geral de Constituição e Reorganização da Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – (AMIQCB), realizada no dia 14/09/2001, aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, à Av dos Portugueses, S/N, Sala 97, CEB Velho, Campus do Bacanga, nesta cidade, reuniram-se em Assembleia Geral de Constituição e Reorganização das senhoras membros da Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. (AMIQCB, 2001, p.1).

Temos aqui datas de fundação distintas: o enunciado 04 é da ata da assembleia realizada em 1989, no povoado Morada Nova, município de Lago do Junco. O enunciado 05 tem a assembleia datada de 2007, bem mais recente e posterior a promulgação do Código Civil, o que pode sugerir a mudança tanto na noção/identidade utilizada para classificar os sujeitos. Os quase 20 anos que separam a criação da AMTR e AMTQC podem representar justamente uma constituição de identidade, que antes era mais voltada para a profissão de trabalhadora rural e é acrescido no final dos anos 2000 do termo quebradeira de coco babaçu.

O que se percebe é que as três atas seguem padrões específicos quanto ao cabeçalho: datas por extenso, endereço de realização e sem abreviações. Esses requisitos são elementos exigidos para que possa ter valor jurídico. Observa-se ainda que, no enunciado 04 e 05, as assembleias foram realizadas em povoado/comunidade, em áreas rurais dos municípios, com exceção da reunião AMIQCB que foi realizada na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), de acordo com o endereço registrado, na cidade de São Luís – Maranhão.

Outro debate que se apresenta é que no enunciado 04 há uma definição de “povoado” e no enunciado 05 chamam de “comunidade”. É necessário distinguir a importância do uso dos termos povoado e comunidade, utilizados pelas quebradeiras de coco babaçu. O termo povoado é utilizado por órgãos do governo, principalmente, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que assim o define:

Localidade que tem as características definidoras de aglomerado rural isolado e possui, pelo menos, um estabelecimento comercial de bens de consumo frequente e dois dos seguintes serviços ou equipamento: um estabelecimento de ensino fundamental do 1º ao 9º ano em funcionamento regular; um posto de saúde, com atendimento regular; e um templo religioso de qualquer credo para atender aos moradores de aglomerados e/ou áreas rurais próximas. Corresponde a um aglomerado sem caráter privado ou empresarial, ou que não está vinculado a um único proprietário do solo, e cujos moradores exercem atividades econômicas

primárias, terciárias, ou secundárias, na própria localidade ou fora dela. (IBGE, 2018, p. 36)

O povoado é uma classificação que tem relação direta com o potencial de povoamento do lugar, número de comércio, escolas, postos de saúde e atividades econômicas. Consideram-se apenas as características relativas a aglomeração no meio rural e de forma isolada com outros lugares.

Já o termo comunidade, utilizada pelas quebradeiras de coco babaçu, faz referência aos aspectos culturais, sua inserção numa situação temporal, traços de suas origens e história. Benedict Anderson (1983) chama de comunidades imaginadas, pois:

são imaginadas porque mesmo os membros das menores nações nunca irão conhecer a maioria dos seus companheiros, encontrá-los, ou mesmo ouvi-los, ainda que nas mentes de cada um exista a imagem da comunhão deles. (...) De fato, todas as comunidades maiores que as vilas de contato cara-a-cara (talvez mesmo nestas) são imaginadas. Comunidades devem ser distinguidas, não por sua falsidade/autenticidade, mas pela forma como foram imaginadas (Anderson, 1983, p.6)

O autor considera que na comunidade imaginada as pessoas que convivem, repartem e comungam da cultura, logo elas são organizadas por afinidades. Nesse lugar, os sujeitos definem suas funções sociais dentro do grupo, e isto, relaciona-se com a constituição de uma identidade. Assim, suas narrativas e representação dos sujeitos, por mais diversos que sejam, possibilita o reconhecimento coletivo, a partir de suas práticas culturais, definindo suas fronteiras sociais e relacionamento com outras comunidades.

Numa perspectiva pós-colonialista a questão cultural fortalece o termo comunidade, pois a sociedade globalizada:

Nos força a repensar as profundas limitações de uma noção “liberal” consensual e conluída de comunidade cultural. Ela insiste que a identidade cultural e a identidade política são construídas através de um processo de alteridade. Questões de raça e diferença cultural sobrepõem-se às problemáticas da sexualidade e do gênero e sobre determinam as alianças sociais de classe e de socialismo democrático. A época de “assimilar” as minorias em noções holísticas e orgânicas de valor cultural já passou. A própria linguagem da comunidade cultural precisa ser repensada de uma perspectiva pós-colonial. (BHABHA, 2007, p. 244).

Para Bhabha (2007), a comunidade cultural reforça as identidades do sujeito e as relações com as classes sociais e a democracia, na perspectiva pós-colonial. A definição da comunidade, pelo viés da cultura, leva ainda questões políticas e as relações entre o público e o privado, a sobrevivência e resistência, passado e presente.

Porém, essa perspectiva pós-colonial permite avistar o conceito de comunidade por um outro ponto. Esse modo de organização seria uma estratégia utilizada para resistência das comunidades, onde as questões culturais se tornam os símbolos que os representam e se modificam de acordo com suas necessidades. É uma forma de manter a comunidade viva e deixar claro que a cultura tem um dinamismo que permite sua reconstituição constantemente.

No caso das atas, a utilização dos termos povoado, no enunciado 04, remete ao uso em uma ata do ano de 1989; e comunidade, no enunciado 05, é utilizado em uma ata do ano de 2007, isso mostra uma mudança no próprio processo de constituição da identidade e no entendimento da cultura para os sujeitos, que trazem uma visão mais pós-colonialista para seus discursos.

A questão da nomenclatura perpassa pela discussão sobre formação discursiva ou identidade. Povoado e comunidade, como observado nas análises, ainda que nas atas, tenham referentes que sejam comuns (lugares da zona rural onde moram as quebradeiras de coco) são termos que parecem identificar-se com diferentes formações discursivas. Pode-se pensar que o mesmo se dá com os termos quebradeiras de coco e trabalhadoras rurais, apresentados antes.

No enunciado 06, a assembleia foi realizada em 2001, porém não dá para identificar a cidade de realização. Porém, pela indicação do campus de Bacanga se sabe que a reunião se realizou em São Luís, no campus da Universidade Federal do Maranhão. Pelas informações foi realizada na capital do estado, ao contrário da fundação das demais associações.

O próximo ponto de debate destacado nas atas são os objetivos de criação das associações, como se observa nos enunciados 04 e 05, e agora no seguinte:

Enunciado 07:

Iniciam-se os trabalhos, a Coordenadora geral explicou a todos que a finalidade desta reorganização é para que legalmente constituída a Associação, esta pode representar as quebradeiras nas suas lutas pelos seus direitos, na implantação dos babaçuais livres, nas melhorias para a preservação dos mesmos, e de representar as Associações em qualquer evento que venha a beneficiar as quebradeiras de coco babaçu. (AMIQCB, 2001, p.1)

Seguindo o padrão do gênero, logo no início do enunciado da Ata, são apresentados os objetivos da reunião que está sendo realizada. Os objetivos traçados foram: constituir uma associação de mulheres Trabalhadoras Rurais, sob forma de sociedade civil sem fins lucrativos (enunciado 04); discutir e deliberar sobre a criação de uma associação de mulheres no município de São Luís Gonzaga (enunciado 05); e reorganizar, para que legalmente constituída a Associação, esta possa representar as quebradeiras nas suas lutas pelos seus

direitos, na implantação dos babaçuais livres, na preservação dos babaçuais, e representar as Associações em qualquer evento que venha a beneficiar as quebradeiras de coco babaçu (enunciado 07). Todos os objetivos apresentados nas três atas caminham para a criação de movimentos relacionados as quebradeiras de coco babaçu no Estado do Maranhão.

No enunciado 04, vê-se que a assembleia da AMTR tem como propósito a constituição de uma associação, somente de pessoas indicadas e que farão parte da sociedade civil sem fins lucrativos, seguindo as exigências da legislação da época. Já no enunciado 05, fala sobre a criação de uma associação e, no enunciado 07, refere-se a um processo de reorganização do movimento, porém sem mencionar as questões legais.

Percebe-se ainda que a associação de mulheres e a sociedade civil são equivalentes e podem representar os novos movimentos sociais, pois se mobilizam em torno de uma questão comum: a extração e preservação do coco babaçu, trabalho exercido pelas quebradeiras de coco. É um modelo de representação, de forma organizada, finalidades e atuação definidas e juridicamente constituída que pode representar os sujeitos de forma coletiva. Pode caracterizar ainda a imagem de uma identidade coletiva.

No enunciado 05, no texto da ata não há o uso do termo sociedade civil, porém é relatada a criação “de uma associação de mulheres” sem especificar a profissão de trabalhadoras rurais, como no enunciado 04 e 07. A classificação como trabalhadoras rurais, no ano de 1989, apresenta uma ligação com a mobilização em torno do sindicato de trabalhadores rurais (STR), da qual algumas mulheres fazia parte com seus maridos. A ausência do termo na criação das outras associações demonstra que há uma mudança dessa identidade.

É importante observar como a criação de uma associação está ligada a outra da qual muitas das mulheres que integraram fazem parte. As mesmas quebradeiras de coco babaçu que fazem parte de uma associação, podem, através dos critérios de entrada e até por indicação, fazer parte de outra. Pela lógica, as associações de atuação municipal fazem parte da associação de representação interestadual, por meio de sócias que as representam em outras instâncias.

A dependência do sindicato de trabalhadores rurais se deu, inclusive no fato de que o presidente desta entidade é quem preside a reunião da primeira das associações de mulheres trabalhadoras rurais/quebradeiras de coco e também, por meio do poder mobilizador e de luta dessa categoria de movimento. As pautas ambientais e sobre o trabalho com a quebra do coco babaçu não era uma forma de mobilização ou um ponto de pauta do STR (Sindicato de

Trabalhadores Rurais) e isto desencadeia na articulação de uma associação voltada para tais anseios.

A generalização do termo de criação de uma associação de mulheres pode remeter a vários entendimentos, inclusive de não ser uma relacionado as quebradeiras de coco babaçu. Já no enunciado 07, podemos observar que se trata da constituição e reorganização da entidade, como observa-se: a coordenadora geral explicou a todos que a finalidade desta reorganização é para que legalmente constituída a Associação, esta pode representar as quebradeiras nas suas lutas pelos seus direitos.

A AMIQCB trata do objetivo e define a reorganização, como se lê acima, agora em forma de associação legalmente constituída para que sirva de representação das quebradeiras. Subtende-se que já existia um processo de lutas dos sujeitos, como prova a ata de fundação da AMTR (imagem 01) realizada em 1989.

Ao olhar com mais detalhes a pauta a ser debatida nas assembléias de fundação, vê-se um ritual a ser seguido, como observa-se:

Enunciado 08:

Assumiu a Coordenação Geral do trabalho, por aclamação unanime, a senhora Maria Adelina de Sousa Chagas, convidando a mim a Sra Domingas de Fátima Freitas, para secretariar a sessão, o que aceitei, a pedido da Coordenadora Geral, li a ordem do dia para qual fora convocada esta Assembleia Geral, que tem o seguinte teor: Apreciar a convocação datada de 10 de setembo de 2001, que teve como finalidade: a) relatar o histórico de fundação da **Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB)**... b) Discursão e aprovação do Estatuto Social; c) Constituição e reorganização definitiva da Entidade; d) Eleição da Coordenação Interestadual, Coordenação Executiva, Conselho Fiscal e Comissões temáticas; e) Outros assuntos relacionados com a Constituição e Reorganização da Entidade. . (AMIQCB, 2001, p.1)

Outro elemento que compõe a estrutura do gênero Ata é a definição de uma pauta, inclusive com divulgação prévia, no caso de uma assembleia geral. Uma regularidade encontrada ainda é constar na pauta aprovação do Estatuto Social, como se observa também no enunciado 08.

A necessidade de passar pela discussão e aprovação do Estatuto Social, seguida da eleição da diretoria são elementos essenciais nas assembleia de fundação. A mesma situação vê-se nos enunciados 08 e 09, estabelecendo uma regularidade neste gênero. Vale ressaltar ainda, que tal ritual é definido pela legislação e as exigências de cartório. A pauta apresentada

nas imagens acima deixa evidente que há uma sequência a ser respeitada nas assembleias de fundação.

Outro ponto a se ressaltar é o resgate histórico do movimento da AMQCB, evidenciando que já existia um trabalho anterior ao registro como associação, este item encontramos apenas no enunciado 08, referente a AMIQCB, sendo a entidade fundada no ano de 2001 e o referido resgate deve-se tratar dos anos anteriores de ações do movimento. Observe o enunciado a seguir.

Enunciado 09:

Em seguida, Silvanete Matos Carvalho, coordenadora do Programa de Mulheres da ASSEMA, informou sobre a programação dos dois dias do evento, depois ela mesma fez uma exposição dialogada sobre os tipos de associações e princípios do associativismo. (AMTQC, 2007, p.1)

Já no enunciado 09, da AMTQC, o que se ressalta é o debate sobre os princípios do associativismo e a definição do tipo de associação que as quebradeiras de coco querem ser, explicação essa dada por uma técnica de uma outra entidade. Esse esclarecimento parece ser necessário, pois trata-se do momento de fundação da associação. Contudo, a discussão sobre o que faz ou que deve fazer uma associada e o como manter a associação atuante são temas constantes no movimento, veremos um exemplo disso mais adiante nas discussões feitas pelas quebradeiras sobre a participação dos jovens na associação.

A estes princípios, entende-se como o fundamento legal e que deve reger a associação, a relação com o Estado e quais os requisitos os sujeitos devem cumprir para fundar a entidade. Tais regras são definidas no Novo Código Civil (2002), Lei nº 10.406, de 10.01.2002 e auxiliam na normatização e distinção entre os tipos de associações a serem criadas pela sociedade civil, bem como mudança de categorias, estrutura e função.

É importante esclarecer que ainda que legalmente se exija critérios definidos para quem possa se associar e os deveres do associado, o conteúdo a ser expresso nesses itens é de inteira responsabilidade da associação. É o conjunto de integrantes da associação que define quais são os critérios para permanecer associado a esta associação. No caso, nas atas, ainda que seja dito que foi dada uma explicação sobre essas regras, não sabemos quais são as explicações dadas, já que o relato é feito de maneira geral.

Ainda na assembleia de fundação da AMTQC é destinado um tempo para debater e esclarecer sobre o que é associativismo, como vê-se.

Enunciado 10:

Após essa determinação apresentou-se Deusilene Pedras Viegas, assistente social, do programa de políticas públicas da Assema⁹, a mesma falou sobre associativismo no meio rural com objetivo de contribuir para o fortalecimento da associação, especialmente em relação aos direitos e deveres das associadas e a função da diretoria, conselho fiscal e assembleia geral. (AMTQC, 2007, p.4)

O esclarecimento sobre o que é associativismo tem como objetivo “contribuir para o fortalecimento da associação”, seria uma espécie de manual a ser seguido, onde se especifica as funções de cada sócia, das diretoras e o funcionamento de tudo. O que precisa ser questionado é: antes de se tornar uma associação, antes da fundação, como seria esse funcionamento?

É interessante observar que as integrantes da AMTQC recorrem a outra associação -a ASSEMA - na execução de algumas atividades e que matem uma relação como na coordenação dos trabalhos na Assembleia. O debate sobre associativismo e as questões sobre políticas públicas são feita por outra associação, fundada ainda no final dos anos 80. Esse suporte tecnico fornecido por outra entidade, que não é formada somente por mulheres, demonstra que, por mais que as quebradeiras de coco babaçu tenham atividades voltadas para questões específicas de sua luta, ainda necessitam de parcerias no momento de fundar os novos movimentos sociais. Essa regularidade de parceria na fundação das associação já era visto antes, quando os sindicatos de trabalhadores rurais participavam da criação dos novos movimentos sociais.

Outro procedimento verificado na assembleia de fundação é a “listagem”/”contagem” dos votos que homologa a constituição da associação. As trabalhadoras rurais passam para uma outra categoria: associadas, como podemos observar:

Enunciado 11:

Após a listagem das sócias foi lida e submetida a aprovação, sendo que a plenária aprovou a fundação da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais Quebradeiras de Coco Babaçu de São Luis Gonzaga, somando um total de 42 (quarenta e duas) mullheres sócias de 11 (onze) comunidade. (AMTQC, 2007, p.3)

⁹ Organização dirigida por segmentos que se autodenominam trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu na região do Médio Mearim, sem fins lucrativos que desenvolve trabalhos de apoio e assessoria técnica a seus associados. Matem parcerias com órgãos nacionais e internacionais de cooperação financeira que garante a realização de ações voltadas para a sustentabilidade na utilização dos recursos naturais, na melhoria da vida no campo, produção familiar e debates sobre as relações de gênero, étnicos e diversidade cultural. (ARAÚJO, 2013)

O processo de “colocar em votação” além de um ato democrático pode ser relacionado com o direito ao voto, nesse caso, restrito apenas para as agora “mulheres sócias”. No caso, nomear mulheres sócias é uma espécie de pleonasma, pois reafirma duas vezes o gênero feminino, já que o termo sócias já portas as marcas de feminino e plural. Contudo, aqui esse pleonasma parece ter uma função que é destacar o feminino e isso é importante porque essas associações surgiram, muitas vezes, como um apêndice de um movimento de trabalhadores rurais que não representavam a categoria e não se interessavam pela pauta das quebradeiras de coco de babaçu.

Após a constituição do movimento em associação é necessário eleger as diretoras/coordenação. Observe:

Enunciado 12:

No prosseguimento dos trabalhos a Assembleia procedeu a eleição dos primeiros membros da Diretoria e Conselho Fiscal, tendo o resultado sido o seguinte. (AMTR, 1989, p.10)

O mesmo se observa na AMTQC, no enunciado 13:

Logo em seguida as associadas elegeram a diretoria da associação na seguinte ordem. (AMTQC, 2007, p.3)

A mesma regularidade encontramos na AMTQC, no enunciado 14:

A seguir a Coordenadora Geral declarou definitivamente Constituído e Reorganizado a Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – (AMIQCB), procedendo então com eleição da Coordenação Estadual, e dividindo os cargos entre a Coordenação Executiva, o Conselho Fiscal e as Comissões temáticas, para o atual período de gestão, a qual irá inscrever nos órgãos competentes a nossa **Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB)**. (AMIQCB, 2001, p.1-2)

Nessa parte das Atas, observa-se o uso dos termos diretoria, no enunciado 12 e 13 e coordenação, no enunciado 14. Na AMTR, fica detalhado que será eleito a diretoria e o conselho fiscal: o primeiro tem a função de executar as ações planejadas pelas sócias; e o segundo será o órgão fiscalizador. Na AMTQC, fica definido apenas a eleição da diretoria. Na AMIQCB, é eleito a coordenação estadual, seguindo o que determina a legislação para associações de representação regional, nas quais há uma coordenação geral da associação e as sócias que administram a associação localmente são nomeadas como diretoras.

No caso da AMIQCB, a coordenação estadual é composta de: coordenação executiva, conselho fiscal e comissões temáticas. Essa estrutura de gestão da associação se diferencia das demais, porém as sócias que compõem a coordenação se equiparam as funções exercidas pelas diretoras no caso da AMTR e AMTQC.

A associação juridicamente é representada e administrada pela sua diretoria/coordenação, que gerem coletivamente. A Diretoria/Coordenação executam as ações definidas em assembleia geral. A legislação não obriga um modelo único de gestão, contanto que previsto no Estatuto Social.

Seguindo o roteiro da fundação e eleição da diretoria/coordenação, é necessário definir objetivos da associação, como vê-se:

Enunciado 15:

Em seguida da eleição foi discutido e definido os objetivos da associação que é lutar pelos direitos ambientais e políticos das mulheres do município de São Luis Gonzada. (AMTQC, 2007, p.4)

Percebe-se que os objetivos propostos por essa associação contemplam a dimensão ambiental, social e política. Sobre a luta pelos direitos ambientais, é justamente o que faz com que as quebradeiras de coco babaçu se mobilizem nas associações e constituam os novos movimentos sociais, tendo em vista que os sindicatos de trabalhadores rurais deixaram tal debate fora de suas mobilizações. Este direito envolve desde o acesso livre aos babaçuais, a luta contra a derrubada das florestas de babaçu e sua preservação, até o debate sobre o uso de agrotóxicos e as melhores condições para as quebradeiras.

Os direitos políticos são vistos pelas quebradeiras de coco babaçu como uma ampliação dos debates das questões ambientais. Se voltam para a proposição de leis como: Lei do Babaçu Livre, Dia Estadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Programa de Garantia do Preço Mínimo, (SHIRAISHI NETO, 2006). Começa a ser vislumbrado pelos sujeitos que a sua relação com a política poderia auxiliar na luta ambiental.

Além do debate sobre questões ambientais, políticas e sociais observa-se a ligação com elementos religiosos, como “celebração comunitária” realizada na assembleia da AMTQC, como observa-se:

Enunciado 16:

No segundo dia de encontro iniciamos as 08:30 (oito horas e trinta minutos) com a celebração comunitária. (AMTQC, 2007, p.4)

Apesar da mobilização das quebradeiras de coco babaçu em torno dos direitos ambientais e políticos, momentos religiosos são comumente observados, como na assembleia da AMTQC, mesmo sem ter em suas finalidades quais religiões seriam aceitas ou formas de crenças serão tratadas. Outra questão é que a legislação não proíbe tal ação, porém fala da liberdade de manifestação religiosa.

Não há, portanto, uma legislação específica para associações que não são exclusivamente religiosas e admitem na sua composição expressão de momentos religiosos. Como se observa no enunciado 16, as quebradeiras de coco babaçu iniciaram momentos de reuniões com orações religiosas, através de uma celebração comunitária. O que chama a atenção, e que pode ser tratado como relevante, é a necessidade de relato desta ação na Ata de Fundação da associação, tendo em vista que o gênero exige relato das partes importantes e técnicas da reunião.

A formação discursiva das quebradeiras de coco babaçu reforça a constituição de uma identidade por meio de uma conjunção entre discursos, o religioso, o ambiental e o discurso dos movimentos sociais, além de deixar claro o debate sobre o gênero. É de se observar nas Atas que as quebradeiras de coco babaçu utilizam do discurso sobre o gênero como uma identidade e que tem relação com a luta pelos direitos das mulheres, elemento este que diferencia as associações de outros existentes na região.

Um ponto que chama a atenção na ata da AMTR, é a designação do senhor Milton Vieira de Souza para presidir a assembleia de fundação das mulheres trabalhadoras rurais, como vê-se.

Enunciado 17:

Para coordenar o trabalho, a assembleia escolheu por aclamação, o senhor Milton Vieira de Sousa que convidou a mim, Maria Alaides Alves de Sousa para lavrar a esta Ata. (AMTR, 1989, p.8)
--

Como se observa no enunciado 17, diferentemente do que mostra o enunciado 08 e 09, a presidência da assembleia de fundação, no caso da AMTR, é exercida por um homem. Na época, o senhor Milton Vieira de Souza era o então presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Lago do Junco – MA, enquanto presidente da assembleia de fundação da associação de mulheres demonstra a relação que ainda se tinha com as questões sindicais, influência essa que advinha dos anos anteriores. Parece ser um gesto inaugural, uma vez que é a primeira reunião da associação.

É observável que a criação de uma associação de mulheres no meio de um sindicato de cunho masculino demonstra a criação dos novos movimentos sociais (Hobsbawn, 1995). Isso implica na mudança de nomeação da categoria profissional, que antes era de trabalhadoras rurais e passam para quebradeiras de coco babaçu, devido as necessidades de os sujeitos do processo de organização estar mais alinhado as suas demandas e bandeiras de lutas. Há ainda, uma proximidade entre a criação dos movimentos sociais com as questões de definição de uma identidade e até um distanciamento das questões de definição profissional dos sujeitos.

Outro ponto é que uma vez que o fato de o nome da associação não especificar que as mulheres são quebradeiras de coco babaçu, parece ser um apêndice do sindicato rural com a distinção de ser uma associação de mulheres trabalhadoras rurais. A identidade de mulheres trabalhadoras rurais pode ser entendido sua relação com a agricultura e a pecuária, sem ainda vislumbrar a quebra do coco babaçu.

3.3 Estatutos Sociais e Regimentos Internos: ideologias em jogo

A proposta dessa sessão é tratar dos Estatutos Sociais de três associações, como perspectiva de uma formação discursiva: Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR), Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB) e da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais Quebradeiras de Coco Babaçu (AMTQC).

As análises partem do Capítulo I, Artigo 1º, que esclarece sobre nome, objetivos, duração, objetivos, sede e seus fins do Estatuto Social de três associações, nesta ordem: Associação de Mulheres Trabalhadores Rurais (AMTR), Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais Quebradeiras de Coco Babaçu do Município de São Luís Gonzaga (AMTQC) e da Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB).

Observe o enunciado 18:

CAPÍTULO I

DA ASSOCIAÇÃO E SEUS FINS

Artigo 1º - À associação das mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues – AMTR, fundada em 14 de maio de 1989, com sede no povoado Ludovico no município de Lago do Junco/MA, é uma sociedade civil, sem fins econômicos, com tempo

indeterminado de duração. (AMTR, 2013, p. 1)

No enunciado acima, o Artigo 1º, classifica as mulheres como trabalhadoras rurais, sem fazer nenhuma menção as quebradeiras de coco babaçu. Determina ainda como uma associação sem fins econômicos e como sociedade civil, isto sendo exigências do Estado para seu funcionamento jurídico.

Assim como se apresenta nas análises das Atas, no Estatuto Social, o não uso do termo quebradeiras de coco babaçu deve-se por ser um movimento inicial, com fundação ainda em 1989, e sua forte ligação com o Sindicato de Trabalhadores Rurais da época. Como se observa ao longo das análises a ideia do que é ser quebradeira ainda não estava tão clara nas Atas, o que diferentemente, se ver no corpo dos estatutos elas já se referem por quebradeiras de coco babaçu. Outra possibilidade é que o uso do termo “trabalhadoras rurais” engloba um maior número de possíveis sócias.

Outro ponto de questão é que a nomeação dos sujeitos enquanto quebradeiras de coco babaçu não se apresenta nesta fase inicial e sugere que o debate se faça no campo ideológico pois há o “esquecimento” por parte de quem construiu o Estatuto Social. Considera-se ainda que na época, a maioria dos movimentos sociais criados tinha relação com as questões da terra, o que fortalece a ideia do uso da profissão trabalhadora rural.

O mesmo acontece no enunciado 19:

CAPÍTULO I

NOME, OBJETIVOS, DURAÇÃO E SEDE

Artigo 1º - À associação das mulheres Trabalhadoras Rurais Quebradeiras de Coco Babaçu do município de São Luís Gonzaga, com a sigla AMTQC, fundada em 17 de novembro de 2007, é uma entidade da sociedade, sem fins econômicos, com tempo indeterminado de duração, sediada no município de São Luís Gonzaga, com foro na mesma cidade, Estado do Maranhão, cujas atividades reger-se-ão pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor. (AMTQC, 2009, p. 1)

No Estatuto da AMTQC é acrescentado o termo “quebradeiras de coco babaçu” ao nome mulheres trabalhadoras rurais, que causa uma diferença da associação anterior. Outro elemento que chama a atenção é a determinação de que as atividades da associação deverão seguir o Estatuto e a legislação em vigor, submetendo todas as sócias, representadas pelo movimento, a interpelação do Estado.

A mesma estrutura se observa no Estatuto da AMIQCB, no enunciado 20, só que em âmbito interestadual:

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVOS

Artigo 1º - Sob denominação de Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – (AMIQCB), fica criada uma associação civil, para fins não econômicos, de direito privado, com âmbito nos estados Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará, que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação específica. (AMIQCB, 2013, p. 1)

Aqui o ponto que chama a atenção, além do que já foi exposto nas outras, é a questão “de direito privado” e evidencia a constituição de um sujeito, além de coletivo no âmbito do privado expresso no documento. Pela legislação, a pessoa jurídica de direito privado abarca: associações, sociedades, fundações, partidos políticos e organizações religiosas. São entidades formadas por pessoas físicas e com diversas finalidades, possuem direitos e deveres específicos a responsabilização passar a ser pela pessoa jurídica. Seus registros no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), além da necessidade de inscrição nos órgãos de controles a níveis municipais e estaduais, com objetivos filantrópicos.

É necessária uma autorização por parte do Governo para que elas possam ter uma personalidade jurídica. Porém o que se verifica constantemente nos Estatutos Sociais e Regimentos Internos é este modelo de estruturação, tendo em vista os padrões legais. As quebradeiras de coco babaçu devem, segundo o documento, serem regidas pela legislação específica, o Código Civil Brasileiro.

O próximo ponto de análise traz a finalidade e objetivos das associações de mulheres. Observe o enunciado 21:

Artigo 2º - A associação tem as seguintes finalidades:

- a. Buscar através de conscientização de classe uma sociedade mais justa e igualitária.
- b. Promover, através do espírito comunitário, o conjunto das trabalhadoras rurais associadas.
- c. Resgatar o conhecimento popular, tanto na área da saúde, agricultura, pecuária, como na educação para seus filhos e filhas.
- d. Lutar pela alimentação, moradia, posse da terra, preservação do meio ambiente e meios para o fortalecimento da agricultura familiar.

e. Trabalhar a produção e beneficiamento de produtos agroextrativista (produtos de higiene, limpeza, cosméticos, artesanatos, óleo essências, remédios caseiros e fitoterápico) e comercializá-los no mercado atacado e no varejo dentro do comercio justo e solidário. (AMTR, 2013, p. 1)

A AMTR, fundada em 1989, tem seu Estatuto aditivado em 2013, e ainda assim preserva alguns objetivos de sua origem. Na alínea a) tem-se a influência dos movimentos europeus e das lutas de classes marxistas pela igualdade na sociedade. Interessante perceber que ainda é necessário tratar da conscientização sobre a classe, no caso quebradeiras de coco babaçu, demonstrando que há um processo inicial de constituição de uma identidade.

Na alínea b) a identidade tratada é como trabalhadora rural e em nenhum momento há a menção a quebradeiras de coco babaçu. A promoção dessa identidade se dá através do trabalho comunitário pela associação. Algumas pautas, voltadas para as políticas públicas, são mencionadas nas alíneas c) e d) como conhecimento popular e educação voltada aos filhos das trabalhadoras rurais, isto implica em compartilhar o saber tradicional associado a cultura.

Outras bandeiras de lutas são fins da associação: saúde, agricultura, pecuária, alimentação, moradia, posse da terra, preservação do meio ambiente, fortalecimento da agricultura familiar. Tais objetivos ainda são reflexos do processo de luta pela terra que se deu nos anos de 1980 e as condições de moradia, trabalho e sobrevivência eram de forma precarizada. A pretensão dessas finalidades seria então a melhoria da qualidade de vida através das políticas públicas de Estado.

Outro ponto importante apresentado na alínea e) é a referência a produção, beneficiamento e o comércio de produtos agroextrativistas. A essa categoria de trabalho, Almeida (1995) define:

Compreendem mobilizações em torno da terra, do livre acesso e da preservação dos babaçuais e da relevância do trabalho feminino na unidade doméstica, não obstante privilegiarem o extrativismo, uma atividade tradicionalmente complementar e acessória às tarefas de cultivo à chamada roça. (ALMEIDA, 1995, p.14)

O extrativismo era considerado no início das mobilizações das quebradeiras de coco babaçu, além das questões da terra e os cuidados com as atividades agrícolas e pecuária, como um elemento complementar ao cultivo da terra. É o que se chama de agroextrativismo, que associa o trabalho da agricultura e pecuária com árvores nativas e frutíferas combinadas com a exploração de plantas extrativistas, como o babaçu presente na região.

É uma atividade econômica viável pois diversifica a renda e possibilita oportunidades comerciais variadas e agrega valor aos produtos já garantidos pela agricultura e pecuária. Essa relação do extrativismo com os produtos agrícolas possibilitam uma comercialização justa, na perspectiva de que, quem compra o produto, comprar a história de forma solidária a quem produz.

O foco nessas análises seriam mostrar como essa identidade e essas formações discursivas das quebradeiras de coco babaçu, se dá entre os discursos religiosos, ambiental e a questão do ser mulher. Tais objetivos demonstram essa relação e, ainda, diferenças entre si, como a questão da conscientização de classe, sociedade justa e igualitária, espírito comunitário, conhecimento popular como conceitos mais teóricos utilizados. São termos chaves que aparecem ao longo e apontam para os discursos presentes na constituição da identidade dos sujeitos.

Os primeiros objetivos apresentados são diferentes entre associações, na ordem da mais antiga para a mais recente, que vão de definições mais gerais e vão especificando quando se observa a particularidade de cada associação. A amplitude dos objetivos é apresentada na AMTQC como finalidades.

Observe o enunciado:

Enunciado 22:

Art. 2º - Finalidades da Associação

a) – Lutar pelos direitos sociais, ambientais e políticos das trabalhadoras rurais quebradeiras de coco babaçu do município de São Luís Gonzaga.

Parágrafo 1º - Para atingir seus objetivos a associação buscará:

- a) Organizar o movimento de mulheres no município de São Luís Gonzaga
- b) Capacitar lideranças femininas para intervir nas comunidades como agentes multiplicadores de conhecimento com enfoque em gênero
- c) Discutir políticas públicas para as mulheres com enfoque em gêneros etnias
- d) Contribuição para inserção das mulheres em atividades produtivas e de geração de renda
- e) Fomentar discussões sobre questões agrárias, fundiárias, ambientais, culturais, valorização do extrativismo do coco babaçu e fortalecimento da agricultura familiar
- f) Estabelecer parcerias, convênios e elaborar projetos com instituições governamentais e não-governamentais nacionais ou internacionais, voltadas para o fortalecimento institucional da associação (AMTQC, 2009, p.1)

O que chama a atenção é que para a AMTQC, fundada em 2007 e com Estatuto registrado em 2009, é que além da constituição da identidade de trabalhadora rural quebradeira de coco babaçu, a luta dessa associação se restringirá apenas ao município de São Luís Gonzaga. Isso sugere que as quebradeiras de coco babaçu da AMTQC têm características específicas e lutas comuns aos seus interesses.

Na alínea a), b) e c) fica evidente que a associação tem por objetivos preparar o movimento levando em consideração as questões de gênero e etnia, dando a entender que as mulheres do município se encontram desorganizadas. Outro ponto forte é a preparação de agentes multiplicadores e lideranças femininas no debate de políticas públicas voltadas especificamente para as mulheres.

Somente nas alíneas d) e e) que os objetivos se voltam para as questões produtivas, primeiro por inserir as mulheres nas atividades de geração de renda, além de debater as questões agrárias, fundiárias, ambientais, culturais, valorização do extrativismo do coco babaçu e fortalecimento da agricultura familiar. Observa-se que ao longo dos objetivos não há menção as trabalhadoras rurais quebradeiras de coco babaçu.

Além disso, o coco babaçu passa a ser considerado apenas um extrativismo, colocado em pé de igualdade com outros objetivos da associação. As questões de luta pela terra continuam presente nas finalidades dessa entidade. Mais uma vez, reforça a ideia de que no município de São Luís Gonzaga o processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais se diferencia de outras associações analisadas.

Observa-se que, alguns objetivos são mais gerais que outros e isso demonstra como são pertencentes a diferentes instituições, ainda que pareçam apontar para uma mesma formação discursiva, uma formação discursiva composta por interdiscursos que coadunam ambiental, social, gênero e religioso. No caso, as finalidades da AMTQC podem mostrar um destaque para o ser mulher. Ainda outros são mais propositivos, auxiliam em como se pensar a relação da associação com o seu exterior.

As finalidades da AMIQCB, fundada em 2001 e com Estatuto publicado em 2013, são:

Enunciado 23:

Artigo 4º - Constituem seus fins:

- a) Articular as quebradeiras de coco babaçu, enquanto mulheres, trabalhadoras agroextrativistas e cidadãs, na luta pelo babaçu livre nas áreas de domínio público e privado, pela reforma agrária e pela preservação das palmeiras de babaçu e do meio

ambiente.

- b) Compartilhar, sistematizar e documentar as experiências nas diferentes formas de organização em que atua o movimento;
- c) Buscar alternativas para as atividades agroextrativistas, em termos econômicos, sociais, políticos e ambientais, criando espaço em momentos adequados para suas reivindicações políticas;
- d) Propor e acompanhar mecanismos de participação na elaboração de políticas públicas e relacionadas as atividades extrativas do babaçu com enfoque nas relações de gênero, no âmbito de sua atuação;
- e) Promover a valorização da mulher quebradeiras de coco babaçu através de iniciativas que fortaleçam seus direitos;
- f) Desenvolver ações em busca de relações justas de gênero;
- g) Promover pesquisas sobre o extrativismo do babaçu no âmbito da AMIQCB, bem como editar e comercializar as publicações decorrentes destas pesquisas;
- a) Apoiar a produção e comercialização dos produtos relacionados a atividades das quebradeiras de coco e trabalhadoras rurais agroextrativistas. (AMIQCB, 2013, p.1)

Os objetivos trazem de imediato, na alínea a) a identidade de quebradeiras de coco babaçu divididas em categorias: mulheres, trabalhadoras agroextrativistas, cidadã. Essa variedade de nomeação permite analisar que a AMIQCB agrega sujeitos que se autoidentificam de diferentes formas e justifica a atuação do movimento ser interestadual. Reforçam que a identidade não é engessada e depende das relações que o sujeito tem com as questões culturais, sociais, econômicas e, neste caso, ambientais. Ao propor tal objetivo, definem quem são as mulheres quebradeiras de coco babaçu.

Na alínea b) fica evidente as várias formas de organização das quebradeiras de coco babaçu e a intenção de sistematizar suas histórias e experiências. As reivindicações políticas encontradas na alínea c), devem ser para fortalecer o agroextrativismo, e apresentam um segundo momento como busca de alternativas, bem como o que conta na alínea d), que acrescenta o debate de gênero as atividades extrativas do babaçu. Um ponto de atenção é que na alínea d) fica evidente duas coisas: uma é a inclusão do debate sobre o extrativismo do coco babaçu com foco nas relações de gênero, tendo em vista que se trata de uma atividade executada em sua maioria por mulheres; e outro que dá a entender que, somente as mulheres quebradeiras de coco babaçu que fazem parte o movimento, poderão ser atendidas pelas ações da associação, como também se ver na alínea e) e f).

Um elemento que diferencia a AMIQCB nos objetivos é quanto a produção de pesquisas relativas ao extrativismo do babaçu, que podem se tornar, inclusive, fonte de renda para a associação, como se ver na alínea g). Levando em conta a quantidade de pesquisas realizadas sobre as quebradeiras de coco babaçu no estado do Maranhão, por exemplo, não fica claro se as pesquisas serão realizadas pelos próprios sujeitos ou por pesquisadores externos. O que evidencia uma relação entre a associação e a universidade, que cede inclusive seu espaço para a realização da assembleia de fundação da AMIQCB.

A alínea h) reforça a identidade das quebradeiras de coco e trata de uma nova constituição de categoria: as trabalhadoras rurais agroextrativistas. Seria uma voltada de atender a identidade de mulher, que se volta para a produção e comercialização, atividade que era exclusivamente masculina.

Ao observar objetivos de cada associação de forma geral, aparentemente, há um movimento que é semelhante a denominação, do mais geral para o mais específico, que parece ser o de que esses documentos testemunham uma história da constituição deste movimento da luta das quebradeiras de coco e da constituição de uma identidade.

Seguindo as análises, o foco será na definição estatutária de quem são suas sócias, seus direitos e deveres. Observe:

Enunciado 24:

CAPÍTULO III

DAS ASSOCIADAS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Artigo 5º - A associação será constituída de trabalhadoras rurais, independentemente de qualquer preconceito; cor, idade, religião, partidatismo político, desde que seu sustento venha de seu trabalho e de sua família, na agricultura-pecuária ou extrativismo vegetal, se identifique com a luta da classe trabalhadora, não tendo ligação com a União Democrática Ruralista – UDR, e tenha no mínimo 16 (dezesesseis) anos de idade (AMTR, 2013, p. 2)

Novamente aqui não é feita referência ao termo “quebradeira de coco babaçu” e sim a categoria de “trabalhadoras rurais”. Chama a atenção que todas poderão ser sócias sem preconceitos, inclusive de partidatismo político, mas ao mesmo tempo não pode ter ligação com a União Democrática Ruralista (UDR).¹⁰ O ponto de atenção aqui é a AMTR permite

¹⁰ Entidade que luta e defende pelos direitos dos ruralistas. Para mais informações buscar no site <http://www.udr.org.br/conceito.php>

filiação de diferentes trabalhadoras rurais, considerando que foi a primeira autoidentidade assumida pelas quebradeiras de coco babaçu, mesmo assim o trabalho da sócia deve ser voltado para o extrativismo vegetal do babaçu.

A categoria de formação da identidade discursiva é distinta das demais, pois considera que esta constituição se dá independentemente de qualquer preconceito – é um processo truncado e não fica claro se o referente é independente do preconceito da pessoa, do quão preconceituosa ela seja ou independente do preconceito da associação.

Vale salientar que há uma “representação ideológica” das quebradeiras de coco babaçu para serem sócias, como a determinação da idade mínima ou até aquelas que se identifiquem com a luta do movimento, como identidade coletiva. Isto permite inferir que há uma identificação ideológica do sujeito com a estrutura política do movimento.

No Estatuto Social da AMTQC, no enunciado 25, há uma definição bem mais ampla de quem pode ser sócia:

CAPÍTULO II

SÓCIAS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 3º - poderá ser sócia qualquer trabalhadora rural quebradeira de coco babaçu que resida em uma das comunidades do município de São Luís Gonzaga, maior de 16 anos, desde que aceitem os critérios de associação e que sejam aprovadas em assembleia geral.

Parágrafo único – Os critérios de admissão de novas sócias devem ser elaborados e aprovados em Assembleia Geral. (AMTQC, 2009, p 1)

Aqui é obrigatório que para ser sócias as trabalhadoras rurais quebradeiras de coco babaçu devem residir nas comunidades do município de São Luís Gonzaga e que todos os critérios devem ser decididos coletivamente em assembleia geral, isso faz-nos pensar que o processo de admissão não se dá pela identificação coletiva e sim pela sujeição as regras definidas no Estatuto Social. E ao condicionar a aprovação de cada sócia, as quebradeiras de coco babaçu tem mais controle sobre quem entra, ainda mais que todas residem na mesma região e exercem a mesma atividade profissional.

Pelo que estabelece o Estatuto Social, ressalta-se as condições de defesa de lutas coletivas como a proteção das palmeiras e o não uso dos agrotóxicos, deixando evidente que as lutas de classes as formam ideologicamente em sujeitos. Assim no processo de definir

quem faz parte, quais os critérios para ser admitidas e de permanência na instituição, as quebradeiras de coco babaçu estão definindo sua identidade discursiva.

No Estatuto Social da AMIQCB, no enunciado 26, encontra-se o seguinte:

CAPÍTULO II

DAS ASSOCIADAS

Artigo 5º. – São membros da Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – AMIQCB:

Parágrafo primeiro: as quebradeiras de coco babaçu que comprovem tal atividade. E sejam admitidas como tais, mediante o preenchimento de formulário próprio, e tem direito a votar e ser votada.

Parágrafo segundo: as novas filiações serão submetidas a apreciação das regionais, instância desta associação.

Artigo 6º. – Perde-se a condição de sócia:

- a) Pela renúncia da associada
- b) Pela morte da associada
- c) Pela condição prevista no capítulo III deste estatuto. (AMIQCB, 2013, p.2)

Aqui há uma exigência de comprovação da atividade como quebradeira de coco babaçu, com preenchimento de documento, vale lembrar que documentos também constituem sujeitos, pois ganham status de monumento pelo movimento para manter seu discurso histórico. Como se trata de uma organização interestadual, vê-se que a aprovação das sócias se dá em momentos regionalizados, isso possibilita que várias identidades de quebradeiras de coco babaçu possam compor a associação. Outro ponto que chama a atenção é o Artigo 6º que estabelece condições para deixar de ser sócias pelo não cumprimento do que estabelece o Estatuto Social.

O que se observa quanto ao quadro de sócio das associações analisadas é que os Estatutos trazem elementos que permitem dizer como a identidade das quebradeiras de coco babaçu está sendo construída. A regularidade encontrada nos enunciados 30, 31 e 32 é o processo de aceitação das sócias: de trabalhadoras rurais com atividades extrativistas, de mulheres trabalhadoras rurais quebradeiras de coco babaçu e finalmente de quebradeiras de coco babaçu. Não é apenas uma questão de evolução do conceito, mas de percepção da identidade como algo em constante movimento.

Outro ponto a se considerar como regularidade é a comprovação da atividade – o que implica numa imposição de uma identidade – pois tem-se algumas exigências: que o sustento seja do extrativismo, que seja de uma comunidade rural e que comprove que exerça a quebra do coco babaçu como atividade principal. Ou seja, para ser sócia das associações é necessário se autoidentificar como quebradeira de coco babaçu e exercer a quebra do coco como profissão.

A comprovação de atividade é uma autodeclaração dos sujeitos. Assim, um ponto interessante de ser analisado é que só pode participar da associação quem se autodeclara seu pertencimento. No caso este pertencimento a profissão, se dá por um caráter duplo: se dizer quebradeira de coco babaçu e participar da associação.

Continuando as análises, é recorrente apresentar nos Estatutos Sociais os direitos e deveres dos associados nas associações, como vemos no enunciado 26:

Artigo 6º - São direitos das associadas:

- a) Votar e ser votadas, desde que esteja cumprido com seus deveres de associada e tenha no mínimo de 6 (seis) meses de associada.
- b) Participar das reuniões, apresentando propostas e ideias. (AMTR, 2013, p.2)

O mesmo se observa no enunciado 27:

Art. 4º - São direitos das sócias:

- b) votar e ser votado, de acordo com o Estatuto;
- c) participar das assembleias e reuniões contribuindo com propostas (AMTQC, 2009, p. 1)

Observe a mesma formação no enunciado 28:

Artigo 7º. – São direitos das associadas, nos termos deste estatuto:

- d)-Beneficiar-se das conquistas obtidas pela entidade
- e) -Ser informado das atividades desenvolvidas pela entidade.
- f) Indicar representantes as Assembleias gerais.
- g) Requerer nos termos estabelecidos neste Estatuto, a convocação da Assembleia Geral.
- h) -Votar e ser votada (AMIQCB, 2013, p. 2)

A regularidade encontrada nos Estatutos Sociais das associações analisadas está relacionada a obrigatoriedade da participação, enquanto associada, das reuniões previstas. Essa participação deve ser ativa e propositiva. Porém, no enunciado 26, há uma exigência mínima para usufruir dos direitos, que é de pelo menos 6 meses, que não se observa nas

demais associações. No enunciado 28, acrescenta que é direitos de todas as sócias participar dos benefícios conquistados e ser informadas das atividades da entidade.

Outro ponto observado é o direito a votar e ser votada, item garantido pela legislação e deve ser mantido pelas associações. É no espaço de votar que as sócias definirão os rumos da entidade regularmente e serem votadas em processos de eleição para cargos dentro da associação.

A seguir dos direitos das sócias, são estabelecidos os deveres e obrigações dentro da associação, como vê-se no enunciado 29:

Artigo 7º - São deveres das associadas:

- a) Cumprir com as obrigações de cargos e funções para quais foram eleitas.
- b) Participar ativamente de todas as reuniões e atividades da Associação fazendo parte da Assembleia Geral.
- c) Manter a união entre as associadas dentro do espírito comunitário.
- d) Zelar pela conservação dos bens da associação.
- e) Comunicar quando tiver que se ausentar temporária ou definitivamente para a Assembleia avaliar.
- f) Contribuir como 8 (oito) quilos de coco babaçu ao ano – 4 kg (quatro quilos) a cada 6 (seis) meses.
- g) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto Social (aprovado) (AMTR, 2013, p. 2-3)

O enunciado 30 traz o seguinte:

Art. 5º. – São deveres das sócias:

- a) Cumprir com as obrigações de cargos e funções para quais foram eleitas.
- b) Participar ativamente de todas as reuniões e atividades da Associação fazendo parte da Assembleia Geral.
- c) Contribuir de todas as formas para que a Associação atinja seus objetivos.
- d) Respeitar e fazer cumprir o Estatuto
- e) Zelar pelos bens da Associação
- f) Justificar a ausência a Assembleias, afastamento temporário ou desfiliação a Assembleia Geral.
- g) Defender os princípios e os interesses da Associação em qualquer espaço do município.
- h) Contribuir com 3% do salário-mínimo (vigente) durante o ano, sendo que poderá ser pago a cada seis meses. (AMTQC, 2009, p. 2)

A mesma regularidade de deveres se observa no enunciado 31:

Artigo 8º. – São deveres das associadas, nos termos deste estatuto:

- a) Colaborar para que a Associação atinja seus fins.
- b) Participar das Assembleias Gerais, através das suas delegadas.
- c) Respeitar as decisões da Assembleia Geral.
- d) Não tomar decisões que contrariem os interesses da entidade.
- e) Zelar pelo aprimoramento da entidade e lutar pela consecução dos objetivos;
- f) Contribuir financeiramente para o bom funcionamento da entidade. (AMIQCB, 2013, p. 2)

Os enunciados apresentados trazem uma regularidade na sua formação, quanto aos deveres das sócias perante a associação. Ao observar algumas alíneas, algumas são comuns: o cumprimento das funções dentro da associação, inclusive se for eleita a algum cargo dentro da direção. Outros pontos observados são o respeito pelas decisões da assembleia, ao estatuto e o cuidado com o patrimônio adquirido, esses elementos ditam o funcionamento e o cotidiano da associação. Ao tornar-se sócias, as quebradeiras de coco babaçu concordam com o cumprimento dessas exigências.

Outra regularidade encontrada nos estatutos analisados é a contribuição financeira com a associação. Este item é uma exigência do Novo Código Civil (2002) ao definir uma contribuição no ato de associar-se. No contraponto a esta questão estão duas coisas: todas as associações têm um caráter sem fins lucrativos, o que implica que não podem gerar lucros; e a conversão dessa contribuição em diferentes formas, como em coco babaçu ou outras formas definidas em Assembleia geral.

Por mais que haja uma contribuição formal, a relação com o elemento sem fim lucrativo se dá por conta da impossibilidade de formação de um patrimônio e liga-se com alguns preceitos do associativismo ao exigir a sócia contribuir. Porém, vale destacar que a contribuição em coco babaçu foge dos padrões financeiros e pode não representar que tenha interesse financeiro.

É interessante notar que nos itens que descrevem a participação das associadas há a exigência de que essa participação tem que se dar de modo ativo. Ser associada é participar das atividades promovidas pela associação “ativamente” e “Contribuir de todas as formas para que a Associação atinja seus objetivos”, como vimos no enunciado 30.

Seguindo o caminho dos direitos e deveres, os Estatutos trazem condições mínimas para se perder a condição de associada, além dos critérios para as quebradeiras de coco babaçu tornarem-se sócias. Observe o enunciado 32:

CAPÍTULO III

DAS PENALIDADES

Artigo 11º. – Serão excluídas, pelas assembleias regionais, do quadro de associadas da entidade aquelas que contrariarem o presente estatuto ou se absterem das atividades programadas pela entidade, sem a devida justificativa. (AMIQCB, 2013, p. 3)

A mesma formação percebe-se no enunciado 33:

CAPÍTULO IV

DAS PENALIDADES

Artigo 8º - As associadas que praticarem atos não condizentes com as finalidades da associação serão convocadas a uma assembleia geral em que será decidida a permanência ou a saída da mesa, sendo necessária a deliberação de 50% (cinquenta por cento) das associadas presentes e quites com seus deveres. (AMTR, 2013, p. 3)

Algo parecido ocorre no enunciado 34, com alguns detalhamentos:

CAPÍTULO III

DAS PENALIDADES

Art. 6º - As sócias poderão ser excluídas do quadro de associada, nos seguintes casos:

- a) Difamação da Associação e da diretoria;
- b) Danos ao patrimônio da Associação;
- c) Descumprimento do Estatuto da Associação, conforme estabelecido no Art. 5º do Cap. II.

Parágrafo 1º - Os casos omissos serão analisados em assembleia geral. (AMTQC, 2012, p. 2)

As penalidades são previstas nos Estatutos analisados. O processo de exclusão fala de “atos que não condizem com as finalidades da associação” evidenciando que deve haver uma militância por parte das associadas. Porém, a decisão de saída é feita em Assembleia Geral pela maioria das associadas. Diferente do processo de entrada que exige uma autodeclaração de atividade de quebradeira de coco babaçu, a saída da associação pode se dar pelo fato da maioria das sócias exigirem, ou por não cumprirem seus direitos e deveres estatutários.

Outro ponto é a questão da exclusão por descumprimento do Estatuto em vários aspectos como difamação, danos ao patrimônio e até ausência em reuniões e assembleias sem justificativa. Pelo que consta é necessário ainda, para deixar de ser sócia, aprovação pela assembleia geral, dando a entender que há garantia de defesa da sócia antes da ser excluída.

Porém, não há nenhum item que trata sobre os casos que as quebradeiras de coco babaçu deixarem de se nomearem com a categoria e a exclusão nessa situação pode gerar uma determinada identidade aos sujeitos. Assim, a formação do sujeito pode-se caracterizar pelo processo de assujeitamento implicando na constituição da identidade das quebradeiras de coco babaçu, direcionadas pelo que os Estatutos Sociais definem ao longo dos seus artigos.

3.4 O discurso das quebradeiras de coco babaçu e as novas gerações

O propósito desta seção é trazer um debate encontrado nas Atas das associações analisadas e visto como uma regularidade. Ao longo dos anos as associações passam a pensar na continuação dos movimentos pelas novas gerações. Ou seja, o debate da continuação da luta das quebradeiras de coco babaçu inclui-se no âmbito da constituição e continuação de uma identidade, o que justifica a importância desse debate.

Ao observar os questionamentos feitos pelas quebradeiras de coco babaçu em uma assembleia geral ordinária da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR) de Lago do Junco – Maranhão, em um levantamento feito nos livros de atas, com a temática de resgate histórico, tendo em vista que a associação fundada em 1989, passava por várias reflexões.

Questões como:

Como será daqui para frente? Quem vai dar seguimento as ideias e ao trabalho da AMTR? Ela e as demais mulheres poderão contribuir com a AMTR ou se é só a juventude? Quem vai dar continuidade a permanência das palmeiras? Como vamos impedir a derrubada das palmeiras? Como fazer com os valores que estão sendo perdidos por nossas gerações? Para vocês, as pessoas e a juventude não comparecem a assembleias é por falta de convite? (AMTR, 2016)

Tais questões necessitem ser olhadas com mais cuidado, o que implica na realização desta seção para analisar se ao longo dos anos de organização das mulheres quebradeiras de coco babaçu, tais perguntas foram respondidas.

É nítida a preocupação das quebradeiras de coco babaçu sobre o seguimento dos trabalhos da associação que as representa e isto implica na relação com o meio ambiente, pois

manter as palmeiras de babaçu de pé e evitar sua derrubada são lutas constantes delas. Outro ponto relevante fala em “valores” perdidos da geração das quebradeiras para uma nova geração de jovens/juventude, justamente esse público que está ausente nas assembleias e faz parte das angústias relatadas.

A análise das Atas da Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB), da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais Quebradeiras de Coco Babaçu (AMTQC) e Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR) permitiu observar elementos importantes no processo de constituição da identidade dos sujeitos, porém um caso específico da AMTR, fundada em 1989, chama a atenção: as falas das quebradeiras sobre a participação da juventude em assembleia da associação.

Assim, como elemento principal desta análise, é perceber como o discurso das quebradeiras de coco babaçu, nas relações de poder e até uma constituição de uma identidade coletiva, é recebido pelas novas gerações. Nesta constituição identitária, entender como a juventude da região do Médio Mearim encara o discurso da continuação do trabalho das quebradeiras de coco babaçu.

As quebradeiras de coco babaçu que não seguirem as regras colocadas estatutariamente são colocadas a parte dos direitos de sócias. Isso não quer dizer que deixaram de se autodeclarar da categoria, pois há um processo construído historicamente ao fazer parte da associação, bem como para deixar de ser parte integrante.

Na perspectiva dos Aparelhos Ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1970), as associações fazem parte do aparato ideológico sindical que engloba as associações de trabalhadores. No caso da exclusão das associações das quebradeiras de coco babaçu, elas contribuem para a reprodução de relações de produção capitalista, pois ao invés de organizar em torno da categoria, prefere excluir. Ao tirar do quadro de sócias uma quebradeira de coco babaçu que não se enquadra dentro das exigências legais, acaba cumprindo seu papel de aparato ideológico do Estado.

3.4.1 O desafio no envolvimento de novas quebradeiras de coco babaçu no movimento

Para esta análise, especificamente, chamou a atenção a realização de uma reunião das quebradeiras feita em 02 de dezembro de 2016 e como pauta principal foi um resgate histórico da luta da associação. Nos debates e falas, os discursos estavam sempre voltados para definir como as estratégias de envolvimento dos jovens na luta do movimento.

Observe as falas do quadro abaixo:

PÁGINA/LINHA	FALA	ORDEM
5 – Linhas 14 a 16	Como será daqui para frente? Quem vai dar seguimento as ideias e ao trabalho da AMTR?	01
5 – Linhas 18 a 20	Quem deveria dar continuidade a essa luta agora era a juventude, que a receita para fazer a juventude abraçar esse trabalho daqui pra frente ela não sabia.	02
5 – Linhas 21 a 24	Ainda hoje são as sócias fundadoras que tomam de conta da AMTR, mas que o desejo delas é que as gerações mais jovens assumissem essa causa	03
5 e 6– Linhas 30 a 1-6	Ela e as demais mulheres poderão contribuir com a AMTR ou se é só a juventude? Quem vai dar continuidade a permanência das palmeiras? Como vamos impedir a derrubada das palmeiras? Como fazer com os valores que estão sendo perdidos por nossas gerações?	04
6– Linhas 23 a 30	Antes a juventude participava das assembleias da AMTR, já que isso não estava mais acontecendo, elas tinha que convidar os grupos de jovens para que os mesmos pudessem voltar a participar e contribuir nas assembleias, que aquele momento era uma oportunidade para muitos jovens conhecer a história da AMTR.	05
7– Linhas 14 a 15	Para vocês, as pessoas e a juventude não comparecem a assembleias é por falta de convite?	06
7– Linhas 21 a 23	A falta de pessoas e jovens nas assembleias não era falta de convites.	07
7– Linhas 26 a 28	Os seus próprios filhos não estavam presentes naquele momento, mas que fez o convite para eles e não quer acreditar que essa seja	08

	a realidade de muitos que estavam ali presentes.	
8– Linhas 21	Quem tem que dar continuidade a essa luta é a juventude	09
8– Linhas 21 a 26	Propõe aos pais, como sugestão, sair da assembleia com a mensagem para seus filhos e reanimar a juventude, mesmo que não venham todos os jovens, mas quem vier será para contribuir para uma mudança.	10
8– Linhas 26 a 29	A formação de uma mesa com os filhos de todos nós, para que eles fizessem um resgate de suas origens e que acredita que isso seria uma vergonha.	11
9– Linhas 01 a 04	Para crescer eles precisam de grupos de jovens integrados com a cultura local e assim eles poderão ter um resultado positivo no movimento.	12

Tabela 01: Falas das quebradeiras de coco nas Atas

O que se observa na fala 01 enquanto interrogação é justamente a ideia principal deste trabalho: como será o seguimento dos trabalhos da entidade? Tendo como resposta logo na sequência: a juventude. E ainda dão como receita que esses jovens abracem o trabalho das quebradeiras de coco babaçu. Tanto a pergunta, quando a resposta dada pelos próprios sujeitos, concordam com o que diz Bauman, sobre o projeto moderno de identidade.

O projeto moderno prometia libertar o indivíduo da identidade herdada. Não tomou, porém, uma firme oposição contra a identidade como tal, contra se ter uma identidade, mesmo uma sólida exuberante e sólida identidade. Só transformou a identidade, que era questão de atribuição, em realização - fazendo dela, assim, uma tarefa individual e da responsabilidade do indivíduo." (BAUMAN, 1998, p.30)

Nessa perspectiva, a identidade herdada que as quebradeiras de coco babaçu propõem a juventude, no seguir da luta do movimento, neste caso de forma coletiva se opondo a constituição individual proposta pelo autor e passa a ser uma atribuição, mas ainda sendo maleável. Na fala 03, fica claro que as mesmas mulheres que fundaram o movimento ainda hoje comandam os trabalhos e que ao ter como desejo que a juventude assuma a associação é de também de assumir a identidade de quebradeira de coco babaçu.

Podemos observar a utilização de três argumentos para que a juventude assuma o movimento: a continuidade da luta; abraçar o trabalho; e a falta de renovação. Há tanto o propósito de convencer, pois quando as quebradeiras de coco babaçu se colocam como cansadas são provas reais da luta. Quanto a tentativa de persuadir com o argumento de que a luta precisa ser continuada e a juventude teria esse papel, o que depende da aceitação ou não do interlocutor. Tais objetivos são traçados nos Estatutos Sociais, quando definem as finalidades dos movimentos das quebradeiras de coco babaçu. Novamente, vemos como o pertencimento a associação e a identificação como quebradeira de coco babaçu está assentado em uma participação ativa da associação e na adesão a uma formação discursiva que mescla discursos ambientais, dos movimentos sociais, do ser mulher e da religião.

As perguntas na fala 04 estão mais voltadas para as questões ambientais e os valores culturais construídos pelas quebradeiras de coco babaçu no processo de luta identitária o que traz um poder de persuasão as pessoas envolvidas. Na fala 05, o argumento utilizado é que antes a participação da juventude era maior e que esse processo de adesão a causa se acontecia pelo fato do envolvimento os faziam conhecer a história da associação.

O que se pode ver é que a identidade dos sujeitos tem relação com a forma cultural de viver do extrativismo e a íntima relação com a preservação das palmeiras de babaçu na região. Então há um argumento para chamar a atenção aos possíveis adeptos a causa das quebradeiras de coco de que sua identidade tem ligação com os elementos culturais e ambientais.

Na pergunta 06 a questão é acerca da falta dos jovens na assembleia não era por falta de convites. No argumento 08 levanta-se um problema de que nem os filhos das próprias quebradeiras de coco babaçu não estão presentes na reunião. Ou seja, a juventude não estava convencida de que pelo simples convite para participar de um momento de reunião fosse provas suficientes para eles estarem. Nesse caso, haveria necessidade da utilização de elementos argumentativos para convencê-los a estar presentes.

O problema observado e não refletido pelas quebradeiras de coco babaçu está em os próprios filhos, que provavelmente também são jovens, não aderirem a continuidade da luta e da identidade dos sujeitos. O que nos pensar que

Nos ambientes pós-tradicionais da alta modernidade, nem a aparência nem a postura podem ser consideradas definitivas; o corpo participa de maneira muito direta do princípio de que o “eu” deve ser construído. Regimes corporais, que também se referem diretamente aos padrões de sensualidade, são o meio principal pelo qual a *reflexividade* institucional da vida social moderna se centra no cultivo - quase se poderia dizer na criação - do corpo. (GIDDENS, 2002, p.96)

Assim a modernidade traz novos desafios para a constituição de identidades que não acontecem de forma definitiva e estática. Não há que se pensar em apenas repassar a luta dos sujeitos a juventude, seguindo determinados padrões. A reflexividade da vida moderna, que inclui a constituição identitária, deve focar no cultivo. Então: faltou esse cultivo das quebradeiras de coco babaçu com a juventude e até com seus próprios filhos? Tal questão deve ser aprofundada pelo próprio movimento.

A afirmação 09 joga novamente a responsabilidade da continuidade da luta sobre a juventude. As proposições 10, 11 e 12 trazem possíveis soluções para a participação dos jovens das assembleias: reanimar a juventude; formação de uma mesa com os filhos das quebradeiras de coco babaçu; e criar grupos de jovens integrados a cultura local. Tais argumentos usados reforçam a ideia de que a identidade é algo que pode ser repassado aos mais jovens de forma fixa, sem considerar as condições de recepção dos sujeitos.

Os argumentos utilizados a fim de persuadir a juventude vão de encontro a forma como será a aceitação ou não no jogo discursivo. Tal fator, se não considerado, pode ser que esteja dificultando a participação dos jovens nas assembleias, por exemplo. Mais complicado ainda é que se consiga construir uma identidade nas novas gerações de forma estática, sem considerar as mudanças culturais e tecnológicas.

Os debates acerca da continuação da luta e da identidade das quebradeiras de coco babaçu são extensos, ainda mais na modernidade. O que ainda precisa ser pensado é como garantir essa proposta sem perder o foco de que é um processo em constante constituição,

E desse modo a dificuldade já não é descobrir, inventar, construir, convocar (ou mesmo comprar) uma identidade, mas como impedi-la de ser demasiadamente firme e aderir depressa demais ao corpo. (...) O eixo da estratégia de vida pós-moderna não é fazer a identidade deter-se - mas evitar que se fixe. (BAUMAN, 1998, p.114)

Assim, a dificuldade encontrada pelas quebradeiras de coco babaçu esteja em duas coisas: primeiro no processo de persuasão, ao utilizar argumentos que não surtam adesão da juventude; e segundo, por considerar que identidade é algo fixo, deixando de lado a maleabilidade do processo em constituição. Por mais que a luta dos sujeitos estejam em volta da defesa do meio ambiente e no cuidado com a perda de valores perdidos, essa nova identidade dos jovens precisa ser construída com eles, considerando suas experiências e vivência no mundo moderno.

CONCLUSÕES

De forma geral, este trabalho apresenta três conclusões interessantes: a) a constituição de um discurso jurídico das quebradeiras de coco babaçu é permeada pela ideologia do Estado; b) as regularidades encontradas demonstram que as quebradeiras de coco ainda estão em um movimento de constituição da identidade; e c) há uma imagem discursiva presente nas Atas e Estatutos.

A primeira conclusão perpassa pelo entendimento do processo que as associações e movimentos de quebradeiras de coco babaçu passam para tornarem-se juridicamente legais, por si só, já configura assujeitamento aos aparatos do Aparelho Ideológico do Estado. Esta exigência por parte do Estado permite que as associações acessem projetos e até recursos públicos, contanto que cumpram tais exigências legais.

Na contramão do assujeitamento estatal, a ideologia constitui os sujeitos como “quebradeiras de coco babaçu” dotadas de consciência e que aceita livremente os atos do Estado, pois,

Em todo este esquema verificamos, portanto que a representação ideológica da ideologia é obrigada a reconhecer que todo o «sujeito», dotado de uma «consciência» e crendo nas «ideias» que a sua «consciência» lhe inspira e que aceita livremente, deve «agir segundo as suas ideias», deve, portanto, inscrever nos actos da sua prática material as suas próprias ideias de sujeito, livre. Se não faz, «as coisas não estão bem». (ALTHUSSER, 1970, p. 86-97).

Talvez a intenção seria fortalecer o movimento e as associações financeiramente e defender suas ideias de sujeitos – livres – mas ficam presas aos aparatos dos Aparelhos Ideológicos do Estado. Para Foucault (2014, p. 39), “os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos.” Tal peculiaridade encontra-se nos papéis que as quebradeiras de coco babaçu exercem perante o Estado, por meio dos seus Estatutos Sociais.

Quando as associações e movimentos obrigam as sócias a cumprirem um conjunto de regras estão assumindo a posição do Aparelho Ideológico do Estado, sendo até um instrumento. Assim, a constituição do sujeito ideológico das quebradeiras de coco babaçu se dá em vários formatos, seja pelo instrumento jurídico que as rege, seja pela ação que o Estado as assujeita e interpela.

A segunda conclusão, relaciona-se com as regularidades apresentadas nas análises demonstram que as Atas e os Estatutos Sociais que apresentam um processo de constituição da identidade das quebradeiras de coco babaçu. A relação da constituição identitária nesta pesquisa se dá a partir de um recorte temporal relacionado aos anos de fundação das associações analisadas: 1989 – 2001 – 2007.

Esses recortes demonstram pelo menos a constituição de três momentos da identidade: o primeiro ainda com muita influência da relação com os sindicatos rurais e a ascensão dos novos movimentos sociais; o segundo de delimitação da identidade relacionando com a especificidade da quebra do coco; e o terceiro voltado para o debate das questões de gênero.

Assim, a fluxo identitário das quebradeiras de coco babaçu tem como base suas relações sociais em um determinado momento e caracteriza-se como uma resistência, pois:

Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos. (CASTELLS, 1999, p. 24)

Nessa perspectiva, as condições de desvalorização das quebradeiras de coco babaçu diante dos debates sindicais que excluía das lutas os pontos referentes a elas; a necessidade de ter uma identidade mais específica e como garantia da quebra do coco babaçu; e as lutas de gênero num debate de visibilidade do trabalho da mulher, constroem identidades de resistências diferentes. Assumir-se trabalhadora rural, quebradeiras de coco babaçu ou trabalhadora rural quebradeira de coco babaçu são identidades de resistências dos sujeitos na tentativa de luta contra um sistema antagônico ao seu trabalho.

A luta contra a derrubada das palmeiras, o uso de cercas para privar o babaçu e proibir a coleta, o uso de agrotóxicos para matar as plantas, a compra do coco inteiro, a pecuária extensiva que ocupa as áreas de babaçu, a luta pela igualdade de gênero e até a posse da terra nas mãos de fazendeiros fazem parte da lógica da dominação enfrentadas pelas quebradeiras de coco babaçu. Daí a necessidade de afirmar, ou até reafirmar, uma identidade e como bem mostrou esta pesquisa, várias identidades. A metamorfose da identidade das quebradeiras de coco babaçu é visível nas suas formações discursivas e diante do exposto em sua constituição identitária.

A identidade das quebradeiras de coco babaçu representam também seus objetos de lutas e constroem uma imagem discursiva referente a elas enquanto mulheres, a quebra do

coco babaçu e a organização em movimentos sociais. O que foi visto nas Atas e Estatutos de fundação das associações dão uma visão de que essa identidade ainda está em constituição, porém, há uma formação discursiva acerca dos sujeitos, proporcionado pelo processo de autoidentificação ou como elas são representadas por si e até pelos outros discursivamente.

Apenas com o recorte feito nesse trabalho, não se pode afirmar que existe uma identidade das quebradeiras de coco babaçu construída, pronta e acabada, mas é evidente que há uma aproximação com o conceito de formação discursiva para compreensão da imagem representada ou autoidentificada. Porém, o conceito de identidade “trabalhadoras rurais quebradeiras de coco babaçu” está em expansão e diferenciam os sujeitos de acordo com seus territórios, como existem as quebradeiras de coco indígenas, quilombolas e até ribeirinhas.

Por fim, as metamorfoses discursivas das quebradeiras de coco babaçu não cabem em um único trabalho. Vale ressaltar que a articulação dos sujeitos em movimentos sociais fortalece a constituição de uma imagem discursiva coletiva e dão visibilidade a nível nacional e até internacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quebradeiras de Coco Babaçu: Identidade e Mobilização**. São Luís, MICQB, 1995.

_____, Alfredo Wagner Berno de. **Economia do Babaçu: levantamento preliminar de dados**. Alfredo Wagner Berno de Almeida, Joaquim Shiraishi Neto, Benjamin Alvino de Mesquita (orgs), Helciane de Fátima Abreu Araújo, Cynthia Carvalho Martins, Miguel Henrique P. Silva. São Luís: MIQCB/BALAIOS Typographia, 2000.

_____, Alfredo Wagner Berno de. **Distinguir e mobilizar: duplo desafio face as políticas governamentais**. Revista Tipiti, 2005, p. 06-07.

_____. Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas**. Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico. Vol. II. Manaus: PPGSCA-UFMA, 2008.

_____, Alfredo Wagner Berno de. **Universalização e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia**” in Os quilombos e as novas etnias. Manaus. UEA, 2011. pp. 15-33.

_____, Alfredo Wagner Berno de. FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida. [org.] **Povos e Comunidades tradicionais: nova cartografia social**. Manaus: UEA Edições, 2013

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Trad. Joaquim José de moura ramos. Biblioteca de Ciências Humanas: Lisboa, 1970.

AMIQCB. **Ata de Fundação da Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB)** – São Luís do Maranhão: 2001.

AMIQCB, ESTATUTO SOCIAL. **Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB)** – São Luís do Maranhão: 2013.

AMTQC. **Ata de Fundação da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais Quebradeiras de Coco Babaçu do Município de São Luís Gonzaga (AMTQC)** – São Luís Gonzaga: 2007.

AMTQC, ESTATUTO SOCIAL. **Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais Quebradeiras de Coco Babaçu do Município de São Luís Gonzaga (AMTQC)** – São Luís Gonzaga: 2009.

AMTR. **Ata de Fundação da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR)** – Lago do Junco: 1989.

AMTR, ESTATUTO SOCIAL. **Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR)** – Lago dos Rodrigues: 2013.

ANDERSON, B. **Imagined communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. New York: Verso, 1983.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Estado/Movimentos Sociais no campo**: a trama da construção de uma política pública no Maranhão. Manaus. UEA, Edições 2013.

ASSELIN, Victor. Grilagem: Corrupção e violência em terras do Carajás. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1982.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para a psicanálise do conhecimento; Tradução Estela dos Santos Abreu. – Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAKHTIN, Mikhail M. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do babaçu**: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão. 2013. 266 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2003.

_____, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedelto Vicchi; tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BNDES, **Prêmio de boas práticas para sistemas agrícolas tradicionais**: 1ª edição / organização, BNDES [et al.]. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF: 12 megabytes). – Brasília: IPHAN, 2019.

BOURDIEU, Pierre. 1989. **O poder simbólico**. Tradução de: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.

_____, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

_____, Pierre. **Coisas ditas**. tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. - São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz; 13ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.

_____, Pierre. **O poder simbólico**; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 16ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Código Civil (2002)**. Código civil brasileiro e legislação correlata. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

CARVALHO MARTINS, Cynthia. **Os deslocamentos como categoria de análise: o garimpo, lugar de se passar; a roça onde se fica e o babaçu nossa poupança**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2012.

CASTELLS, M. “**A construção da identidade**”. In O poder da identidade. São Paulo: Paz e terra, 1999

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

_____, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____, Patrick. **Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional**. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) O trabalho da tradução. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326., 2009

COURTINE, J.-J. **Le tissu de la mémoire** : quelques perspectives de travail historique dans les sciences du langage, Langages, número 114, "Mémoire, histoire, langage", Paris, Larousse, p. 5- 12, 1994.

_____, J.J. As metamorfoses do homo politicus. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011, p. 117-127.

_____, J. J. 2006. Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz.

EMEDIATO, Wander. **A construção da opinião na mídia**. (Org.) – Belo Horizonte: FALE/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013.

FIGUEIREDO, Luciene Dias. **Empates nos Babaçuais**. Do espaço doméstico ao espaço público - lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Dissertação de Mestrado –

Belém, PA: UFPA – Centro Agropecuário: Embrapa Amazônia Oriental, 2005. Orientada pela Prof.^a Dr.^a Maristela de Paula Andrade.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____, M. **Ditos e Escritos I**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta; Tradução: Elisa Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT. **A ordem do discurso**. [1971]. São Paulo: SP. Edições Loyola, 2010.

_____, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____, Michel. **A arqueologia do saber**; tradução Luiz Felipe Beata Neves – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio – 24ª ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FRANZ, Kafka. **A metamorfose**. 14ª ed. Tradução de Modesto Carone. Companhia das Letras, São Paulo, 1997.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. São Paulo: Pontes, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª ed. – [Reimpr.]. – Rio de Janeiro: LTC, 2013)

GIDDENS, Anthony. Anthony. **Modernidade e Identidade**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 2002.

GLOBO RURAL. “**Veja como estão as quebradeiras de babaçu visitadas pelo Globo Rural há 15 anos**” Disponível no link <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2019/01/13/veja-como-estao-as-quebradeiras-de-babacu-visitadas-pelo-globo-rural-ha-15-anos.ghtml> Acessado em 09 de janeiro de 2020.

GRIGOLETTO, E. **Do lugar social ao lugar discursivo**: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. II Seminário de Estudos em Análise do Discurso. 2005

HALBWACHS, M. [1925], **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris, Albin Michel, 1994.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

_____, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistemático do Brasil** / IBGE, Coordenação de Cartografia. -2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

LOHER, Eurico. **Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952 a 2007**. 1ª edição. Teresina: Halley, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. **Retorno crítico à noção de ethos**. Let. Hoje, v. 53, n. 3, p. 321-330, Jul.-set. 2018.

PÊCHEUX, Michel. **Delimitações, inversões, deslocamentos**. Cadernos de Estudos Linguísticos, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

_____, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

_____, Michel. **Papel da memória**. In : ACHARD, Pierre et al. (Org.). Papel da memória. Campinas: Pontes, 1999.

_____, Michel, 1938-1983 **O discurso: estrutura ou acontecimento** / Michel Pêcheux; tradução: Eni R Orlandi - 6 a Edição, Campinas, SP Pontes Editores, 2012.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. **Leis do Babaçu Livre: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas**. Manaus: PPGSCA-UFAM/ Fundação Ford, 2006.

_____, Joaquim. **O direito das minorias: passagem do “invisível” real para o “visível” formal?** Manaus: UEA Edições, 2013.

SOUZA. Isabela. **História do sindicalismo no Brasil e no mundo**. Publicado em 26 de abril de 2017. UFSC – Disponível: <https://www.politize.com.br/sindicalismo-no-brasil-e-no-mundo/> Acessado em 12 de julho de 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Estudios de la subalternidade: deconstruyendo la historiografía**. In: Debates post comunales: uma introdução a los estudios de la subalternidade. La Paz, Bolívia: Ediciones Aruwiwiri, 1985.

